

**Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de
Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo**

10º Relatório Gerencial de Resultados

Período Avaliatório

01 de abril de 30 de junho de 2021



Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:

09/07/2021

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo, **no período de 01 de abril de 30 de junho de 2021**. Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, o presente **documento apresentará o comparativo entre as metas estabelecidas e resultados alcançados**, bem como informações relevantes acerca do contexto da execução das atividades previstas, as justificativas para os resultados não alcançados e as propostas de ação para superação dos problemas enfrentados neste período avaliatório. Ao final, serão disponibilizados os comprovantes atualizados de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Como é de amplo conhecimento, desde março de 2020, a pandemia do novo Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) tem imposto grandes desafios aos Estados, organizações e sociedade civil no Brasil e no mundo. No caso da Política de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais, uma das ações imediatas de enfrentamento da situação foi a suspensão das atividades presenciais em todas as Unidades de Prevenção do estado e o estabelecimento de medidas de engenharia financeira, gerencial e administrativa necessárias à adequação do Contrato de Gestão às restrições orçamentárias e de saúde pública¹. Esse momento exigiu de todos os colaboradores envolvidos na Política de Prevenção uma alta necessidade de se reinventar e tentar manter a qualidade da prestação dos serviços tradicionalmente realizados de forma presencial em formato remoto e/ou em teletrabalho. Tarefa realizada com significativo sucesso e apontada nos Relatórios Gerenciais 6 e 7.

A partir do último trimestre de 2020, seguindo as orientações e diretrizes emanadas da Supec/Sejusp e do Programa Minas Consciente², o Instituto Elo iniciou a retomada paulatina das atividades presenciais das Unidades de Prevenção à Criminalidade. Tal processo, contudo, não aconteceu de forma crescente e linear em todo o estado. Como indicado no 9º Relatório Gerencial, o primeiro semestre de 2021 foi marcado por vários decretos municipais e estaduais que estabeleciam graus de restrições diferenciados (e até mesmo total suspensão das atividades presenciais), a depender do nível de criticidade epidemiológica do município e do tipo de programa de prevenção desenvolvido naquele território. Essa instabilidade em termos de avanços e recuos no formato de atuação dos programas foi suspensa ao final do mês de

¹ Para maior acesso à tais informações, ver Relatório Gerencial referente ao 6º Período Avaliatório.

² Criado pelo Governo de Minas Gerais, o Plano Minas Consciente estabelece critérios e protocolos sanitários para a retomada segura das atividades econômicas e sociais dos municípios mineiros que optarem por aderir ao programa. Para mais informações acesse: <https://www.mg.gov.br/minasconsciente/entenda-o-programa>

março de 2021, quando o Governo do Estado decreta a “onda roxa” condicionando todos os municípios ao nível mais alto de restrição de circulação já estabelecido pelo Minas Consciente. Em uma desafortunada coincidência, o mês de março de 2021 repete a situação vivenciada no mesmo mês do ano anterior, isto é, a paralização das atividades presenciais das Unidades de Prevenção e o retorno das atividades em teletrabalho.

Nos meses subsequentes que compõem o trimestre vigente (abril, maio e junho de 2021) há uma melhora gradual nos indicadores pandêmicos e consequente retorno das atividades presenciais em vários municípios e programas de prevenção. Contudo, importante destacar que, apesar de o caótico pandêmico ser geral, nota-se que essa situação não afeta a execução de todos os programas, em todos os territórios, no mesmo momento, de forma homogeneia e equitativa. Embora todos os programas estejam sofrendo sobremaneira com os impactos da Covid-19 e todos eles apresentem estratégias de superação das adversidades e extrema responsabilidade com a sua finalidade e público, observa-se que as especificidades do *Fica Vivo!* e o Se Liga os tornam mais expostos às restrições de atuação que os demais Programas da Política de Prevenção Social. Neste trimestre, enquanto o Presp, Ceapa e o Mediação reestabeleceram o funcionamento presencial em todas as suas unidades no mês de abril, o Fica Vivo! teve sua atuação e desempenho ainda mais restrito que no já fragilizado trimestre anterior ao ter condições minimamente seguras de operação apenas nos municípios de Montes Claros e Uberlândia.

Contudo, como será possível perceber, mesmo diante de tantos desafios e dificuldades, o 10º período avaliatório é marcado por uma alta capacidade de superação dos programas, melhoras expressivas de atendimentos ao público, bem como o cumprimento integral de grande parte das metas pactuadas. Na sequência, descreve-se os resultados e desafios apresentados ao longo do trimestre para cada um dos indicadores.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados		
			10º Período Avaliatório Abr/21 a Jun/21			
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	9.900	11.922
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	1.110	1087
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	3.880	5.220
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	2.880	19
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	6.670	27,3
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	52.053	4.553
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	212	162
3	Programa Se Liga	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	360	192
		3.2	Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga	4	60%	1,2%
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	108	476
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	28.766	18.661
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial	5	72%	75,1%
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	1.272	3.104

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					10º Período Avaliatório Abr/21 a Jun/21	
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	8.683	7.501
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	5	78%	83,33%
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	564	753
6	Programa Selo Prevenção Minas	6.1	Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	4	600	411
7	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	7.1	Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior	1	100%	-
		7.2	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	15	12,4
		7.3	Participação em Capacitações	1	1.004	946
8	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	8.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local	3	26	26
		8.2	Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	3	3	3
		8.3	Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga	3	3	3
		8.4	Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas	3	3	3
9	Gestão da Parceria	9.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	2	100%	-
		9.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	2	100%	-
10	Projeto Qualificação e Empreendedorismo	10.1	Número de participantes inscritos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	2	0	-
		10.2	Percentual de Formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	2	0	-

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
9.900	11.922
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos. Tem como público-alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC, que registram elevada incidência de criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais. Seu foco é prevenir fatores de riscos, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido.</p> <p>Esse indicador visa mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, alinhada à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Considera-se atendimento cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:</p> <p>1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;</p> <p>2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;</p> <p>3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;</p> <p>4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;</p> <p>5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2021) foram realizados cumulativamente 11.922 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista até junho de 2021 era de 9.900, atingiu-se o objetivo previsto. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	6º AO 9º PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	10º PA	TOTAL
CABANA	715	72	89	104	502	502
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	462	56	62	59	315	315
JARDIM FELICIDADE	759	53	81	57	432	432
JARDIM LEBLON	786	96	74	90	524	524
MINAS CAIXA	80	-	-	-	0	0
MORRO DAS PEDRAS	653	64	58	37	350	350
PEDREIRA PRADO LOPES	372	88	71	106	356	356
PRIMEIRO DE MAIO	77	-	-	-	0	0
RIBEIRO DE ABREU	657	77	84	61	436	436
SANTA LÚCIA	592	77	84	83	423	423

Tabela 1 – Distribuição do Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC						
UPC	6° AO 9° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	10° PA	TOTAL
SERRA	722	115	91	88	587	587
TAQUARIL	803	104	168	163	662	662
VILA PINHO	941	82	91	86	588	588
CITROLÂNDIA	759	35	49	29	309	309
JARDIM DAS ALTEROSAS	119	-	-	-	0	0
JARDIM TERESÓPOLIS	1016	74	122	101	546	546
PTB	742	43	54	58	337	337
NOVA CONTAGEM	1195	141	136	132	794	794
RESSACA	1153	69	82	76	419	419
CARAPINA	852	79	86	81	495	495
TURMALINA	893	91	80	84	570	570
BETHÂNIA	127	-	-	-	0	0
OLAVO COSTA	759	92	90	101	486	486
CRISTO REI	17	-	-	-	0	0
SANTOS REIS	602	65	68	89	420	420
JUSTINÓPOLIS	501	51	49	30	304	304
ROSANEVES	203	-	-	-	0	0
ENEZA	705	108	66	72	468	468
PALMITAL	560	45	79	68	346	346
VIA COLÉGIO	674	65	66	60	352	352
JARDIM CANAÃ	110	0	0	14	14	14
MORUMBI	787	76	75	79	449	449
MORRO ALTO	879	89	54	50	438	438
TOTAL	20272	2007	2109	2058	11922	11922

Em relação ao indicador 1.1, houve aumento de 8% no número de atendimentos neste período avaliatório em relação ao primeiro trimestre de 2021 (de 5731 para 6.174 atendimentos). Em termos de média geral dos atendimentos realizados, podemos dizer que neste período a média de atendimentos por equipe foi de 79, um acrécimo de 6 atendimentos em comparação com o período anterior (média 73 atendimentos). Outro dado importante se refere ao fato de que a maior parte das equipes (15 equipes) superaram em mais de 20% a meta estabelecida, ao passo que no primeiro trimestre foram somente 10. Em contrapartida, um número menor de equipes ficou abaixo de 80% da meta estipulada neste PA, passando de 6 para 5. Em dados gerais, o PMC realizou 6.174 atendimentos em detrimento da meta estipulada para o período, que era de 5.070 atendimentos.

Alguns elementos gerais podem ser considerados para a análise do aumento do número de atendimentos, como, por exemplo, a ampliação de algumas equipes com a chegada de mais um analista, que ocorreu em março e produziu impacto no desempenho de tais equipes neste período avaliatório. Também foi possível observar um aumento do número de atendimentos individuais em comparação com as demais modalidades do programa, que se mantiveram contínuas. Um possível motivo para este aumento se deve à maior consolidação do trabalho presencial das equipes neste trimestre, favorecendo a vinculação de mais pessoas ao programa e possibilitando atendimentos, tanto presenciais, quanto virtuais. Um elemento que merece destaque, pois vai impactar os próximos trimestres é a implantação da Unidade do Jardim Canaã, que ocorreu no final de maio.

É importante destacar algumas equipes em relação aos resultados desse indicador. Para isso, considerou-se equipes que tiveram resultados 20% acima e aquelas que atingiram menos de 80% da meta estabelecida. Vale ressaltar que muitas equipes (15), apresentaram resultados acima de 20% , por isso vamos destacar aquelas que superaram consideravelmente essa média , são elas : Jardim Teresópolis, Nova Contagem , Olavo Costa, PPL , Serra e Taquaril .

A UPC do **Citrolândia** foi a única que não conseguiu atingir 80% da meta estabelecida, tendo executado uma média de 38 atendimentos em relação à meta de 68 estabelecida para o período. A equipe conseguiu atingir a meta no trimestre anterior e essa redução significativa se justifica pela diminuição da força de trabalho na unidade, pois no começo do mês de abril uma analista estava de férias e no final deste mês a outra analista entrou de licença médica, que dura até o momento atual. Dessa forma, a capacidade de atendimento da Unidade ficou reduzida, trabalhando somente por agendamentos e com redução de ações coletivas.

A equipe do **Jardim Teresópolis** apresentou um desempenho acima da meta (Meta: 79; Executado: 99), que está relacionado ao fato da equipe contar no momento com três analistas, potencializando a capilaridade do programa e as divisões de tarefas. Outro ponto que proporcionou o aumento de atendimentos foi a procura da comunidade por orientações de acesso a direitos relacionados a benefícios assistenciais, que denotam o momento de vulnerabilidade social presente. A unidade também tem conseguido desenvolver atendimentos de organização comunitária e casos coletivos, o que impacta o número de atendimentos.

Assim como o Jardim Teresópolis, a **UPC da Serra** também tem conseguido superar a meta estabelecida para atendimentos (Meta: 81; Executado: 98) devido à ampliação da equipe com a presença de uma terceira analista. Além disso, tem havido maior procura por atendimentos individuais após o retorno da equipe para o trabalho presencial; houve também a execução de um projeto de prevenção com foco nas mulheres do território e o aumento de atendimentos em organização comunitária nos últimos dois meses.

O PMC de **Nova Contagem** também tem contado com a presença de uma terceira analista, potencializando a força de trabalho da equipe, o que acarretou 136 atendimentos em média neste período avaliatório, sendo que a meta é de 77. Além de atender um número alto de casos individuais com demandas de violência, que tem exigido acompanhamento mais frequente, gerando mais atendimentos, a UPC executa muitos atendimentos de organização comunitária, pois acompanha alguns grupos e coletivos da comunidade.

A Unidade do **Olavo Costa** durante este período apresentou resultados neste indicador (1.1) acima de 5% em relação à meta (Meta período: 177; Executado :283). Importante ressaltar que só no mês de junho, dos 101 atendimentos realizados (maior número de atendimentos do ano) pela equipe, 88 foram na modalidade individual. O acolhimento de um número expressivo de casos individuais com certa complexidade, faz com que a equipe desenvolva um acompanhamento mais sistemático para maior assertividade nas intervenções e articulações, isso impacta diretamente no número de atendimentos. Além disso, a retomada do trabalho presencial de forma mais integral também possibilita a chegada de novos casos, uma vez que a UPC fica situada bem próximo ao CRAS, e o público que acessa esse equipamento acaba acessando mais facilmente o PMC, seja devido aos encaminhamentos ou por demanda espontânea.

Ao longo deste período avaliatório, a UPC do **Taquaril** investiu em práticas coletivas de atendimento, por meio da participação em espaços comunitários no Taquaril e no Granja de Freitas. As temáticas da violência contra a mulher e contra crianças e adolescentes foram recorrentes nesses espaços. No caso específico da reunião intersectorial com referências do Granja de Freitas, a gestão violenta de conflitos por parte dos operadores do comércio de drogas ilícitas e a repressão ostensiva das forças policiais também surgiram como pontos de intervenção. Em virtude da atuação do PMC nesses espaços, o número de atendimentos em organização comunitária representou 70% do total de intervenções realizadas pela equipe, contribuindo decisivamente para um resultado expressivo nesse indicador.

Nesse mesmo período, observamos o desenvolvimento significativo da atuação da equipe **PPL**. Se no período anterior, a equipe realizou em média 30 atendimentos mensais, nos últimos três meses essa média atingiu 88, um aumento de 193%. Essa ampliação marcante do alcance do programa se deve à aposta em atendimentos itinerantes, em companhia de referências comunitárias, à participação em ações conjuntas de atendimento ao público junto à rede parceira, em particular à ONG Banho Solidário, cuja atuação é voltada às pessoas em situação de rua e/ou de uso abusivo de crack, alvos - e agentes - recorrentes de diversas formas de violência. O aprimoramento dos fluxos de encaminhamento junto à rede institucional, refletido no aumento de 15% nas ações em rede - cada vez mais assertivas -, além do plano de retomada de fichas abertas sem movimentação, também pode ter contribuído para a melhora substancial no desempenho da equipe nesse indicador.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.110	1.087
Descrição do Indicador	
<p>Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, alinhado à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou 	

minimizando fatores de risco;

5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. A pessoa atendida deverá ser contabilizada apenas uma vez em cada mês, independente da modalidade de atendimento.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2021) foram atendidas em média 1.087 pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.110, alcançou-se 97,9% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DA MÉDIA MENSAL POR UPC					
UPC	MÉDIA 9º PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	MÉDIA 10º PA
CABANA	35,00	34	44	50	42,67
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	23,33	31	33	32	32,00
JARDIM FELICIDADE	40,00	30	49	34	37,67
JARDIM LEBLON	33,00	38	34	41	37,67
MINAS CAIXA	-	-	-	-	-
MORRO DAS PEDRAS	40,33	40	38	27	35,00
PEDREIRA PRADO LOPES	17,67	39	32	48	39,67
PRIMEIRO DE MAIO	-	-	-	-	-
RIBEIRO DE ABREU	44,33	48	50	42	46,67
SANTA LÚCIA	22,67	24	28	28	26,67
SERRA	58,67	78	66	64	69,33
TAQUARIL	51,33	48	83	117	82,67
VILA PINHO	47,00	35	43	57	45,00
CITROLÂNDIA	40,67	22	28	19	23,00
JARDIM DAS ALTEROSAS	-	-	-	-	-
JARDIM TERESÓPOLIS	39,67	37	50	49	45,33
PTB	31,67	25	31	34	30,00
NOVA CONTAGEM	79,00	79	90	95	88,00
RESSACA	31,00	32	33	34	33,00
CARAPINA	39,33	39	35	37	37,00
TURMALINA	53,33	31	39	33	34,33
BETHÂNIA	-	-	-	-	-
OLAVO COSTA	33,67	43	41	39	41,00
CRISTO REI	-	-	-	-	-
SANTOS REIS	34,33	32	36	58	42,00
JUSTINÓPOLIS	27,67	25	30	18	24,33
ROSANEVES	-	-	-	-	-
VENEZA	47,67	70	44	48	54,00
PALMITAL	26,00	31	47	39	39,00
VIA COLÉGIO	32,67	28	45	37	36,67
JARDIM CANAÃ	0,00	0	0	2	0,67
MORUMBI	25,00	29	17	26	24,00
MORRO ALTO	42,33	53	38	28	39,67
TOTAL	997,33	1021	1104	1136	1087,00

Em relação ao indicador 1.2., mais uma vez o PMC não atingiu a meta estabelecida (pessoas atendidas: 3.261/período; expectativa da meta 3.330/período). Porém, é importante destacar que, mesmo com o aumento da meta neste trimestre em relação ao anterior (9º PA: 1.035 em jan. e fev. e 1.090 em mar.; 10º PA: 1.110), a execução foi bem próxima, correspondendo a 97% da meta, como já dito anteriormente, sendo a média de pessoas atendidas superior a 1.000 nos três meses. Em relação ao último trimestre, houve um aumento de 9% no número de pessoas atendidas (de 2990 para 3.261), sendo que a média mensal por equipe subiu de 38 para 42

pessoas. Um número maior de equipes superou em mais de 20% o valor da meta (de 4 para 6) e, um número menor de equipes ficou abaixo de 80% da meta (de 10 para 8 equipes). Esses resultados evidenciam um discreto aumento em relação ao período anterior, demonstrando que gradativamente esse indicador tem apresentado melhora, sobretudo se considerarmos os desafios enfrentados em períodos anteriores, onde o cenário pandêmico dificultava consideravelmente as perspectivas em relação a esse indicador, o que ainda é perceptível, mas as equipes têm conseguido através de uma leitura assertiva, possibilidades de interações com um público mais diversificado nos territórios.

Assim como no indicador 1.1., acreditamos que o aumento do número de pessoas atendidas (1.2.) se deve à maior consolidação do trabalho presencial pelas equipes no território, já que não houveram tantas mudanças no formato de trabalho neste período, o que dificultava o planejamento de ações. A presença das equipes nos territórios tem possibilitado a vinculação de novas pessoas atendidas pelo programa, o que reflete no aumento deste indicador.

É importante destacarmos algumas equipes que atingiram menos de 80% da meta: PMCs Citrolândia, Justinópolis, Morumbi e Santa Lúcia.

A UPC do **Citrolândia** atendeu em média 23 pessoas neste período avaliatório, sendo a meta correspondente a 43. Assim como dito anteriormente no indicador 1.1., essa queda na execução dos indicadores da equipe se deve ao fato de no momento só haver uma analista trabalhando desde abril, devido à licença médica da outra profissional.

A equipe do **Santa Lúcia** também não conseguiu atingir a meta estabelecida para este indicador, tendo atendido em média 27 pessoas e a meta é 41. A UPC passou por uma reformulação na equipe, com a saída de uma das analistas do programa e a entrada de uma nova analista, sendo necessário um período de adaptação ao trabalho, o que produz impacto no indicador. Além disso, a equipe tem tido dificuldade de ter a vinculação de novas pessoas ao programa, já que estava muito restrita ao trabalho dentro da UPC. Com a mudança de diretrizes, permitindo a circulação das equipes pelo território, esse contexto pode se alterar nos próximos meses.

O PMC de **Justinópolis** tanto no período anterior (9º PA), quanto no atual (10º PA), encontrou dificuldade para atingir a meta estabelecida para este indicador. O desempenho geral no 10º PA (76%), foi inferior ao 9º PA(86,5%). Atualmente a Unidade não tem conseguido diversificar o público atendido, considerando que muitas ações coletivas ainda não puderam ser retomadas, além de uma comunidade que não corresponde a outros formatos de interação, especialmente os virtuais. A equipe tem se debruçado na construção de intervenções que dialoguem com a realidade e possibilidades da comunidade, mas tem sido um processo desafiador no momento, o que compromete os resultados deste indicador.

A Unidade do **Morumbi** tem experimentado impasses para ampliar o número de pessoas atendidas. Embora a equipe seja bem referenciada em comunidades como o Maná, onde tem sido possível desenvolver ações junto à cozinha comunitária, na região do Dom Almir o alcance do programa depende de parcerias institucionais pouco consolidadas (com a UBS local, por exemplo), submetidas a mudanças recentes no quadro de pessoal. A pandemia, além de trazer limites a novas articulações, afetou diretamente a composição da equipe, que teve de cumprir afastamento em virtude de suspeitas de COVID. A expectativa é de que a consolidação do trabalho presencial possa refletir positivamente na capilaridade do programa.

As UPC que apresentaram resultados muito superiores a 20% foram: Nova Contagem e Taquaril.

Nova Contagem apresentou desempenho muito superior em relação à média de pessoas atendidas (Executado: 88; Meta: 48). Novamente, tal fato se deve à ampliação da equipe, que desde que começou a contar com 3 pessoas apresentou aumento considerável de pessoas atendidas, fazendo elevar a média desse indicador. Também houve aumento expressivo no número de atendimentos individuais, proporcionando a chegada de novas pessoas ao programa, além das ações de organização comunitária que a equipe tem conseguido acompanhar.

Nos meses de maio e junho, a equipe do **Taquaril** participou de espaços coletivos de diálogo com referências comunitárias no Granja de Freitas e de rodas de conversa com mulheres do bairro Taquaril, em torno da temática do empreendedorismo e do protagonismo feminino. Em junho, por exemplo, a equipe atendeu 80 novas pessoas. A ampliação do alcance do programa ainda não chega ao Alto Vera Cruz, mas já se consolida nas demais comunidades da área de abrangência. Neste mesmo mês, as primeiras mobilizações em torno do projeto ComAgente também impactou nesse indicador.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3.880	5.220
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.</p> <p>Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e mediação comunitária; 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3) Discussão de casos com a rede de proteção social; 4) Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Até o mês de junho de 2021 do Contrato de Gestão 002/2019 haviam sido realizadas acumuladamente 5.220 ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 3.880, o objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	6° AO 9° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	10° PA	TOTAL
CABANA	279	30	34	32	205	205
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	285	21	24	18	130	130
JARDIM FELICIDADE	319	23	43	32	179	179
JARDIM LEBLON	223	31	25	30	161	161
MINAS CAIXA	30	-	-	-	0	0
MORRO DAS PEDRAS	307	28	27	26	179	179
PEDREIRA PRADO LOPES	282	26	27	37	169	169
PRIMEIRO DE MAIO	43	-	-	-	0	0
RIBEIRO DE ABREU	359	41	35	24	217	217
SANTA LÚCIA	180	15	17	28	120	120
SERRA	409	30	48	62	303	303
TAQUARIL	472	38	52	48	304	304
VILA PINHO	418	28	27	43	245	245
CITROLÂNDIA	399	24	59	56	271	271
JARDIM DAS ALTEROSAS	85	-	-	-	0	0
JARDIM TERESÓPOLIS	339	41	54	39	234	234
PTB	256	18	21	22	122	122
NOVA CONTAGEM	261	36	41	34	196	196

Tabela 3 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social						
UPC	6° AO 9° PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	10° PA	TOTAL
RESSACA	193	19	34	19	142	142
CARAPINA	243	35	25	26	166	166
TURMALINA	452	33	66	47	283	283
BETHÂNIA	66	-	-	-	0	0
OLAVO COSTA	496	27	48	40	222	222
CRISTO REI	69	-	-	-	0	0
SANTOS REIS	244	25	26	26	162	162
JUSTINÓPOLIS	353	24	24	18	234	234
ROSANEVES	85	-	-	-	0	0
VENEZA	277	38	27	31	201	201
PALMITAL	540	66	72	46	371	371
VIA COLÉGIO	240	19	22	22	124	124
JARDIM CANAÃ	47	0	0	10	10	10
MORUMBI	223	22	27	27	148	148
MORRO ALTO	233	17	28	16	122	122
TOTAL	8707	755	933	859	5220	5220

Em relação ao indicador 1.3., o programa realizou neste período avaliatório 2.547 ações de rede, se apresentando significativamente acima da meta que era de 1.980. Em comparação ao 9º PA, houve uma discreta redução de 4% (9ºPA: 2549). A média mensal de ações de rede por equipe passou de 34 para 33. A exemplo do que observamos no período anterior, ainda consideramos que a inserção das equipes em espaços virtuais de discussão, permanece como fator considerável para a manutenção desses resultados, mas o retorno para o território também proporcionalmente a execução de um trabalho híbrido, mesclando momentos de rede virtuais e presenciais. Em relação às modalidades de ações de rede, foi possível constatar que no primeiro trimestre as equipes estavam focadas na construção de alinhamentos e fluxos com a rede de proteção, principalmente devido ao agravamento da pandemia, o que resultava em formatos diferentes de trabalho nessas instituições. Já neste trimestre, houve uma redução desses fluxos, já que grande parte das instituições voltaram ao trabalho presencial, e aumento de participações em espaços de comitês, reuniões e grupos de trabalho, evidenciando novamente a consolidação das equipes em espaços de discussão do território, sejam eles presenciais ou virtuais. Outro dado que foi apresentado de forma geral pelas equipes se refere ao aumento de demandas relacionadas a questões assistenciais, que reflete o aumento de vulnerabilidade social agravado pela pandemia. Tais demandas requerem discussões e encaminhamentos para a rede, principalmente a Assistência e produzem impacto nesse indicador.

De modo geral, as equipes têm conseguido apresentar resultados acima do estipulado como meta, porém, algumas superam acima de 20% e merecem destaque: Serra, Citrolândia, Turmalina e Palmital.

A UPC do **Citrolândia**, embora tenha apresentado desempenho abaixo das metas estabelecidas para os dois primeiros indicadores, manteve o número elevado de ações de rede neste trimestre (Executado: 46; Meta: 23), devido à necessidade de articulação constante com equipamentos para discussão e encaminhamento de casos, sobretudo aqueles relacionados a demandas assistenciais, visto que a vulnerabilidade social é algo marcante no território e tem chegado de forma mais evidente ao programa nos últimos meses. A possibilidade de articulação remota com equipamentos da rede, através de ligações e mensagens, também tem possibilitado maior dinamismo para a execução de articulações.

A Unidade da **Serra** executou em média 47 ações de rede, sendo estabelecido como meta 32. Além das articulações com a rede para discussão e encaminhamento de casos, a equipe vem articulando junto à rede local a elaboração e criação da Rede Intersetorial de Parceiros do Aglomerado da Serra, composta em boa parte pela sociedade civil e coletivos que atuam no aglomerado. Essa rede tem demandado articulações e reuniões constantes, que impactam os números da equipe, elevando esse indicador.

Em virtude da complexidade de alguns casos individuais atendidos, e da iniciativa de aproximação junto a referências comunitárias e à rede institucional do bairro Planalto, a equipe do Turmalina realizou um número expressivo de ações em rede. A manutenção do vínculo na região do Transbordo ("lixão"), além do diálogo regular com a rede parceira em torno de discussões de caso gerou 66 ações em rede no mês de maio. Espera-se que essa entrada junto à rede social mista favoreça a divulgação do projeto ComAgente.

O PMC do **Palmital** manteve uma média de 69 ações de rede/mês, enquanto a meta estipulada era de 29 ações de rede/mês, padrão que a equipe vem apresentando ao longo do ano, sempre com resultados neste indicador superados mais que o dobro. Ao longo do ano, a Unidade tem acompanhado casos de violência emblemáticos que geram inúmeras articulações com a rede formal e informal. A própria constituição dos equipamentos no município, que apresentam diversas fragilidades para acompanhamento dos casos encaminhados, resulta em um número expressivo de articulações para acompanhamento e construção conjunta das intervenções.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
2.880	19
Descrição do Indicador	
<p>As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local) que extrapolam a dimensão do ofício.</p> <p>As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPC (chamados de oficineiros), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Os oficineiros se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens.</p> <p>As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local, as especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa. A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto.</p> <p>Este indicador visa a mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A pandemia do covid-19, que já ultrapassa um ano, tem causado significativos impactos na atuação do Programa Fica Vivo!. Enquanto a universalização dos imunizantes não acontece, o executivo estadual e municipal tem fomentado medidas de distanciamento social, uso de máscaras e higienização das mãos como alternativas preventivas à covid-19.

Essas importantes medidas, alteram a forma de execução do Programa nos territórios a depender da “onda” e das possibilidades, impossibilidades e critérios contidos na mesma. Ademais, também são variáveis as formas como os territórios, juventudes, comunidades e redes respondem às exigências municipais e estaduais.

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2021) o Programa Fica Vivo! não contou com a ampla execução de oficinas. **Apenas os municípios de Montes Claros e Uberlândia tiveram a possibilidade de retorno, no mês de maio.** Além disso, as equipes permaneceram parte desse período avaliatório em teletrabalho, fato esse que interferiu também na relação das equipes com os territórios e, conseqüentemente, nos em todos os indicadores do Programa.

No que se refere especificamente ao indicador 2.1, nota-se que o Programa realizou, em média, 19 encontros de oficiais por mês, tendo a meta de 2.880 não atendida. Na Tabela abaixo pode-se observar a quantidade de encontros realizados nos territórios em que as oficinas foram retomadas.

Tabela 4 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	MÉDIA 9º PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	MÉDIA 10º PA
CABANA	20,67	0	0	0	0,00
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	29,67	0	0	0	0,00
JARDIM FELICIDADE	18,67	0	0	0	0,00
JARDIM LEBLON	17,67	0	0	0	0,00
MINAS CAIXA	-	-	-	-	-

Tabela 4 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	MÉDIA 9º PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	MÉDIA 10º PA
MORRO DAS PEDRAS	20,67	0	0	0	0,00
PEDREIRA PRADO LOPES	21,67	0	0	0	0,00
PRIMEIRO DE MAIO	-	-	-	-	-
RIBEIRO DE ABREU	20,00	0	0	0	0,00
SANTA LÚCIA	18,33	0	0	0	0,00
SERRA	13,33	0	0	0	0,00
TAQUARIL	53,67	0	0	0	0,00
VILA PINHO	34,33	0	0	0	0,00
CITROLÂNDIA	42,67	0	0	0	0,00
JARDIM DAS ALTEROSAS	-	-	-	-	-
JARDIM TERESÓPOLIS	23,33	0	0	0	0,00
PTB	22,33	0	0	0	0,00
NOVA CONTAGEM	23,00	0	0	0	0,00
RESSACA	21,00	0	0	0	0,00
CARAPINA	28,33	0	0	0	0,00
TURMALINA	28,00	0	0	0	0,00
BETHÂNIA	-	-	-	-	-
OLAVO COSTA	45,00	0	0	0	0,00
CRISTO REI	-	-	-	-	-
SANTOS REIS	23,00	0	21	36	19,00
JUSTINÓPOLIS	13,00	0	0	0	0,00
ROSANEVES	-	-	-	-	-
VENEZA	25,67	0	0	0	0,00
PALMITAL	45,33	0	0	0	0,00
VIA COLÉGIO	43,00	0	0	0	0,00
JARDIM CANAÃ	-	-	-	-	-
MORUMBI	2,33	0	0	0	0,00
MORRO ALTO	7,00	0	0	0	0,00
TOTAL	661,67	0	21	36	19,00

Diante deste cenário, é possível qualificar e contextualizar como tem se dado o processo de retomada as oficinas e o desempenho do programa em alguns territórios.

Cabana (Belo Horizonte)

No trimestre abril/maio/junho, o Programa Fica Vivo! no Cabana manteve números baixos de atendimentos de jovens, o que vem demandando elevada atenção dos atores que acompanham o trabalho nessa área de abrangência. Se avaliarmos o primeiro semestre de 2021, perceberemos que fevereiro teve o maior número de atendimentos individuais (3), sendo esse o mês em que foram retomadas as oficinas do Programa no Cabana.

Dessa forma, denota-se uma necessidade das oficinas eicineiros nesse território para que ocorram atendimentos individuais. O Programa não tem encontrado abertura na efervescência cultural, comunitária e juvenil nos territórios da área de abrangência do Cabana para impulsionar seus atendimentos individuais. A fragilização dos vínculos territoriais durante a pandemia pode ser considerada realidade agravante dessa problemática.

Desde o início da pandemia, diante das oscilações no formato de trabalho, a equipe tem buscado aproximar de outras políticas públicas através de reuniões virtuais, contatos telefônicos e presenciais para aumentar a capilaridade de intervenções e para que seja referenciada pelos serviços e dessa forma “indireta” acessar as juventudes. No entanto, as juventudes pouco acessam outros serviços públicos escancarando um problema ainda mais radical no sistema de garantia de direitos e redes de proteção.

Para além da frente de intervenções com as redes, uma das pautas que tem sido destacada em supervisão refere-se à importância do acesso direto aos jovens e para tanto, estão sendo realizadas supervisões formativas sobre atendimentos individuais. Os diálogos e construções com lideranças comunitárias, considerando-os enquanto atores fundamentais de vinculação com as juventudes, também tem sido incentivado e orientado.

Carapina (Governador Valadares)

No que se refere ao indicador 2.3 – número acumulado de atendimentos realizados pelo programa, a equipe realizou 61 atendimentos no trimestre vigente. Dentre esses atendimentos, há tanto atendimentos individuais, como também projetos locais, contribuindo, assim, para esse número. Os projetos foram realizados tanto em parceria com o PMC, como também de iniciativa única do Programa. O público feminino foi o público predominantemente atendido, nos atendimentos individuais, mas sobretudo nos projetos locais.

Jardim Canaã (Uberlândia)

A retomada das atividades do Programa Fica Vivo! na área de abrangência do Jardim Canaã ocorreu em 21 de maio e desde então, as complexidades dos fenômenos das violências e criminalidades que exigem intervenções também complexas e ampliadas, têm reiterado a importância da reimplantação do Centro de Prevenção de base local.

Apesar das novas configurações das dinâmicas criminais e sociais no Jardim Canaã, incluindo a presença de jovens e lideranças que nunca dialogaram com o Programa, o nome do Programa Fica Vivo! e seu histórico de vinculação territorial tem favorecido novas articulações, atendimentos, planejamentos de ações e projetos em conjunto com as comunidades. Em menos de dois meses de retorno, o Programa Fica Vivo! no Canaã fez 15 atendimentos com perspectivas de aumento no próximo trimestre, uma vez que os jovens têm ido ao Centro de Prevenção para atendimento individual e as circulações territoriais da equipe também se desdobram em novos atendimentos. A retomada das oficinas no Canaã (a partir de julho) também poderá potencializar as ações do Programa, com efeitos qualitativos de fortalecimento de vínculos e quantitativos nos atendimentos.

Morro Alto (Vespasiano)

No que se refere ao indicador 2.3 – número acumulado de atendimentos realizados pelo programa, a equipe realizou 12 atendimentos no trimestre vigente. A equipe também fez atendimentos de demandas pontuais de grupo de jovens, no caso, um grupo de jovens revoltado por terem sido vítimas de truculência policial. A equipe tem se dedicado a uma interlocução mais intensa com a rede parceira, a fim de potencializar discussões de casos de adolescentes e jovens. Tal iniciativa visa a, dentre outros fatores, que a equipe contribua com sua visão do território, mas também viabilizar eventuais atendimentos a esses adolescentes e jovens. A rede local e municipal de Vespasiano apresenta muitas fragilidades, mas as equipes do Fica Vivo!, PMC, e gestão social tem desenvolvido um relevante papel de articulação da rede para atendimento do público dos programas. As gerências dos programas de base local também tem sido fundamentais nesse processo.

Morro das Pedras (Belo Horizonte)

Nesse trimestre, o Programa Fica Vivo! no Morro das Pedras realizou 25 atendimentos individuais, sendo 19 em Maio e 6 em Junho. O quantitativo de Maio chamou atenção pelo número elevado, mas devem ser considerados pontuais, uma vez que se referiu ao contato, acolhimento e encaminhamento das jovens mulheres atendidas pelo Programa Fica Vivo! ao projeto parceria da SUPEC com a embaixada americana.

Morumbi (Uberlândia)

No mês de maio houve grande mobilização para retomada de oficina no Morumbi, tendo a data 24/05 como previsão de retorno para a oficina de "Treino Físico/Exercícios Aeróbicos. Contudo, a oficina não teve adesão das jovens que destacaram estar acessando espaços que ofertam atividades esportivas (como o futebol) com menor rigor de participação e de forma livre, sem tantas diretrizes.

Seguindo com a biossegurança como premissa para a retomada das oficinas, em junho a equipe iniciou um processo de diálogos com grupos de juventudes de diversos bairros da área de abrangência para conhecimento das demandas e tentativa de retornar as atividades das oficinas com públicos que aceitem as novas perspectivas do Programa em contexto de pandemia. Além disso, a equipe tem aproveitado os diálogos para sensibilizar os jovens sobre a gravidade da pandemia, a importância do uso das máscaras, das medidas de biossegurança para proteção individual e coletiva.

Apesar da retomada da oficina não ter se efetivado, toda a movimentação da equipe e encontros com os jovens tiveram efeitos na vinculação territorial e consequentemente, aumento significativo no número de atendimentos de junho, a saber: 10 atendimentos em junho, 5 em maio e 3 em abril.

Ribeiro de Abreu (Belo Horizonte)

No presente trimestre, o Ribeiro de Abreu não conseguiu efetivar atendimentos concernentes aos indicadores do Programa. Cabe ressaltar, no entanto, que a equipe, juntamente ao restante da UPC, vem envidando esforços no sentido de uma articulação mais ampliada com a rede local, a fim de possibilitar formas alternativas de acesso ao público do programa. Tanto a supervisão quanto a gestão social têm trabalhado na orientação, acompanhamento e sugestões que caminhem para uma ampliação da atuação da equipe no território, como, por exemplo, uma maior aproximação das referências comunitárias. Além disso, um mapeamento mais ampliado dessas referências, além de um contato mais frequente com a rede parceira.

Santa Lúcia (Belo Horizonte)

O território Santa Lúcia, não diferente das demais unidades afetadas pela suspensão das oficinas como medida de enfrentamento a pandemia de Covid 19, sofreu significativos impactos nos indicadores do Programa Fica Vivo! Ainda assim foi possível averiguar números interessantes relacionados ao indicador 2.3 número acumulado de atendimentos realizados pelo programa. Chama a atenção, que os atendimentos apresentados no trimestre em questão, tratam-se exclusivamente de atendimentos individuais. A estratégia em fortalecimento da rede sócio

comunitária e institucional potencializou o encaminhamento de adolescentes e jovens ao programa. O acirramento dos conflitos com potenciais risco a vida também fez com que o programa fosse mais acessado neste território, que apresenta números preocupantes em relação aos homicídios e violências no ano de 2021.

Santos Reis (Montes Claros)

As oficinas do Programa Fica Vivo! Na unidade de prevenção Santos Reis, localizado no município de Montes Claros, retornaram as atividades no mês de maio de 2021. A época o município apresentava e segue apresentando, seguidos indicativos de queda nas taxas de transmissão da Covid-19 e também da ocupação de leitos hospitalares. Os decretos municipais, que paulatinamente diminuíram as restrições ao espaço público, ao encontro, serviços não essenciais e as atividades de caráter esportivo e cultural foram cruciais para a retomada das oficinas naquela localidade. E após minuciosa análise da conjuntura territorial e municipal, e ainda, em acordo com o plano de retomada de oficinas, decidiu-se pelo retorno de quatro oficinas em 10 de maio de 2021.

Os atendimentos aos adolescentes e jovens pela via das oficinas são estáveis, mas com números inferiores aos apresentados por esse território na retomada anterior. Entretanto, o retorno das oficinas é bem sucedido ao proporcionar a retomada do vínculo com as oficinas e oficinas do território e fortalecimento do laço com adolescentes e jovens, público prioritário do programa. É importante ressaltar que o modelo adotado para o território Santos Reis, primeira unidade a promover a retomada de oficinas na onda vermelha do plano Minas Consciente, tem se apresentado seguro e eficaz em relação a não propagação do coronavírus.

Taquaril (Belo Horizonte)

A atuação do Programa Fica Vivo! no município de Belo Horizonte tem exigido atenção especial, pois as altas taxas de contágio e os decretos municipais exigem constante monitoramento dos territórios por parte dos analistas sociais, gestores e supervisores metodológicos. Como já relatado anteriormente a manutenção do fechamento das escolas da rede municipal de ensino, que são as principais parceiras do Programa para a cessão de espaço para a realização de oficinas no município deve ser levada em conta. Soma-se ao fechamento das escolas a precária estrutura urbanística dos territórios, que carecem de espaços de convivência comunitária e de lazer.

E mesmo com as adversidades relatadas destacam-se de modo quantitativo e qualitativo as práticas realizadas no trimestre em questão pela equipe do programa Fica Vivo! Taquaril. A área de atuação do Programa no território abarca as seguintes localidades: Alto Vera Cruz, Granja de Freitas e Taquaril. É importante ressaltar que o território ou os territórios, tem apresentado elevado número de homicídios ao longo dos anos de 2019 e 2020. E como resposta as elevadas taxas apresentadas foram organizadas estratégias para robustecer as práticas de prevenção social à violência e a criminalidade. Deste modo houve reorganização da equipe técnica e gestão social além de espaços de maior interlocução entre os atores estratégicos. Com destaque para as práticas adotadas pela equipe técnica do Programa, com ênfase no fortalecimento de vínculo comunitário, retomada das oficinas e articulação de rede. Tais apostas reverberaram em números de atendimentos bastante destoantes das demais unidades do Programa, e além apontavam, até a data de 17 de março, para a manutenção da tendência de crescimento.

Vila Pinho (Belo Horizonte)

O histórico de atendimentos acumulados do Programa Fica Vivo! na Vila Pinho mantém-se com números elevados. A soma do trimestre atual contabiliza 81 atendimentos, sendo 24 em abril, 27 em maio e 30 em junho. O atendimento individual e grupal por meio virtual favoreceu as intervenções da equipe junto aos jovens e ampliou as ações do Programa.

O acesso à rede de direitos (assistência social, educação, saúde e rede profissionalizante) é a demanda que mais se apresenta nos atendimentos individuais. Diante disso, a equipe se mantém em diálogo constante com os serviços das redes locais e regionais para suporte, apoio, encaminhamentos e atendimentos às juventudes.

Vale mencionar, que mesmo em períodos de funcionamento das oficinas, o atendimento individual é marca do Programa na Vila Pinho.

Diante de toda situação exposta e do evidente comprometimento e inviabilidade de realização das oficinas em sua integralidade nas atuais condições pandêmicas, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
6.670	27,3
Descrição do Indicador	
<p>As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos.</p> <p>Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina no período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2021) foram atendidos em média 27,3 jovens nas oficinas em execução até junho de 2021, sendo a meta de 6.670 jovens não cumprida. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de jovens em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 5 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	MÉDIA 9º PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	MÉDIA 10º PA
CABANA	40,3	0	0	0	0,0
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	58,3	0	0	0	0,0
JARDIM FELICIDADE	33,7	0	0	0	0,0
JARDIM LEBLON	38,7	0	0	0	0,0
MINAS CAIXA	-	-	-	-	-
MORRO DAS PEDRAS	51,0	0	0	0	0,0
PEDREIRA PRADO LOPES	43,0	0	0	0	0,0
PRIMEIRO DE MAIO	-	-	-	-	-
RIBEIRO DE ABREU	39,7	0	0	0	0,0
SANTA LÚCIA	37,7	0	0	0	0,0
SERRA	26,0	0	0	0	0,0
TAQUARIL	85,3	0	0	0	0,0
VILA PINHO	51,0	0	0	0	0,0
CITROLÂNDIA	77,3	0	0	0	0,0
JARDIM DAS ALTEROSAS	-	-	-	-	-
JARDIM TERESÓPOLIS	28,7	0	0	0	0,0
PTB	63,3	0	0	0	0,0
NOVA CONTAGEM	41,7	0	0	0	0,0
RESSACA	27,3	0	0	0	0,0
CARAPINA	39,0	0	0	0	0,0
TURMALINA	56,7	0	0	0	0,0
BETHÂNIA	-	-	-	-	-
OLAVO COSTA	81,7	0	0	0	0,0
CRISTO REI	-	-	-	-	-
SANTOS REIS	46,3	0	42	40	27,3
JUSTINÓPOLIS	34,7	0	0	0	0,0

Tabela 5 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	MÉDIA 9º PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	MÉDIA 10º PA
ROSANEVES	-	-	-	-	-
VENEZA	33,7	0	0	0	0,0
PALMITAL	81,7	0	0	0	0,0
VIA COLÉGIO	81,0	0	0	0	0,0
JARDIM CANAÃ	-	-	-	-	-
MORUMBI	0,0	0	0	0	0,0
MORRO ALTO	10,3	0	0	0	0,0
TOTAL	1208,0	0	42	40	27,3

Entende-se que a mesma discussão estabelecida no indicador 2.1 é válida para o indicador 2.2. Assim, como praticamente não houve execução de oficinas do Programa Fica Vivo no período, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Para maior compreensão do processo de retomada das oficinas e as circunstâncias nas quais os atendimentos foram ofertados dos territórios durante o 10º PA, ver Indicador 2.1.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
52.053	4.553
Descrição do Indicador	
<p>O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa:</p> <p>1) <i>Atendimentos individuais:</i> são realizados pelos Analistas Sociais à adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPC.</p> <p>Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre os aspectos sociais e subjetivos.</p> <p>2) <i>Atendimentos Coletivos:</i></p> <p>a) <i>Projetos de Oficinas:</i> as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes em todas as oficinas no período avaliatório.</p> <p>b) <i>Projetos Locais</i> são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos jovens. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Locais no período avaliatório.</p> <p>c) <i>Projetos de Circulação:</i> se configuram como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais por promoverem a circulação do público atendido para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos de Circulação no período avaliatório.</p> <p>d) <i>Projetos Institucionais:</i> são projetos que se configuram por ser uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou a maior parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Institucionais no período avaliatório.</p> <p>Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades definidas acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2021) o número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! foi 4.553, sendo a meta de 52.053 não cumprida.

A mesma discussão estabelecida no indicador 2.1 é válida para este indicador, pois também teve seu desempenho afetado de maneira direta pela suspensão das oficinas no trimestre. Assim, os resultados desse indicador correspondem, em boa medida, aos atendimentos concretizados nos meses de abril a junho de 2021. A tabela abaixo apresenta o número acumulado de atendimentos realizados pelo programa no trimestre, por UPC.

Tabela 6 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	6º AO 9º PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
CABANA	175	1	0	0	124
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	305	3	0	2	206
JARDIM FELICIDADE	191	1	1	3	112
JARDIM LEBLON	205	1	4	11	133
MINAS CAIXA	0	-	-	-	0
MORRO DAS PEDRAS	255	0	19	6	183
PEDREIRA PRADO LOPES	172	0	0	0	129
PRIMEIRO DE MAIO	13	-	-	-	0
RIBEIRO DE ABREU	167	0	0	0	130
SANTA LÚCIA	164	5	2	1	131
SERRA	108	1	2	3	86
TAQUARIL	357	0	1	0	277
VILA PINHO	456	24	27	30	278
CITROLÂNDIA	442	2	1	0	242
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	-	-	-	0
JARDIM TERESÓPOLIS	191	0	0	0	92
PTB	330	0	0	1	193
NOVA CONTAGEM	188	0	1	1	129
RESSACA	233	12	10	13	145
CARAPINA	369	10	27	24	279
TURMALINA	422	1	4	3	295
BETHÂNIA	0	-	-	-	0
OLAVO COSTA	412	1	0	0	261
CRISTO REI	0	-	-	-	0
SANTOS REIS	342	3	43	46	247
JUSTINÓPOLIS	187	0	2	2	116
ROSANEVES	1	-	-	-	0
ENEZA	173	2	1	1	123
PALMITAL	509	2	15	15	284
VIA COLÉGIO	421	0	0	0	243
JARDIM CANAÃ	33	0	8	15	23
MORUMBI	95	5	3	10	42
MORRO ALTO	142	0	12	2	50
TOTAL	7058	74	183	189	4553

Uma vez que como praticamente não houve execução de oficinas do Programa Fica Vivo! no período e pelas justificativas apontadas no indicador 2.1, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
212	162
Descrição do Indicador	
<p>Base de sustentação do Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e gestores sociais como representantes da OS. As ações vinculadas a este Eixo, para fins desse indicador, são: a) as reuniões periódicas entre GEPAR (Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco) da Polícia Militar de Minas Gerais, equipes técnicas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! e gestores sociais responsáveis pela coordenação das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Local; b) funcionamento de Grupos de Intervenção Estratégica. Este indicador visa mensurar:</p> <p>1) Quantidade de reuniões periódicas entre GEPAR, equipes técnicas e gestores sociais através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! que devem ocorrer no mínimo 1 (uma) vez ao mês em cada um dos 33 (trinta e três) territórios de atuação e que possuem como principais pautas: estudo da dinâmica da violência e da criminalidade; definição, monitoramento e avaliação de ações conjuntas pactuadas para promoção da qualidade de vida e da segurança local;</p> <p>2) Quantidade de participação dos gestores das Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local, representando a proteção social, nas reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica - GIE, que ocorrem com agendas distintas e pré-definidas para cada município de atuação do Programa, totalizando uma média de 6 encontros por mês, tendo como principal objetivo a prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Para isto, é imprescindível que se crie uma rede de informações, sendo fundamental a realização de reuniões envolvendo os representantes do GIE.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2021) foram realizadas acumuladamente 162 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 212, foi realizado 76,41% do esperado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	6º AO 9º PA	ABRIL		MAIO		JUNHO		TOTAL
		GEPAR	GIE	GEPAR	GIE	GEPAR	GIE	
CABANA	14	1	0	1	1	1	1	9
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	10	0	1	1	0	1	0	5
JARDIM FELICIDADE	5	0	0	0	0	1	0	3
JARDIM LEBLON	11	1	0	0	0	1	1	5
MINAS CAIXA	1	0	0	0	0	0	0	0
MORRO DAS PEDRAS	23	2	0	2	1	2	0	15
PEDREIRA PRADO LOPES	11	1	1	1	0	1	0	8
PRIMEIRO DE MAIO	0	0	0	0	0	0	0	0
RIBEIRO DE ABREU	9	0	0	1	0	1	0	5
SANTA LÚCIA	5	0	0	1	0	1	0	4
SERRA	8	0	0	1	0	1	0	4
TAQUARIL	8	0	1	0	0	0	1	4
VILA PINHO	13	1	1	1	0	1	0	7
CITROLÂNDIA	9	0	1	1	0	0	1	6
JARDIM DAS ALTEROSAS	1	0	0	0	0	0	0	0
JARDIM TERESÓPOLIS	12	0	1	1	0	1	1	7
PTB	9	1	1	1	0	0	1	6

Tabela 7 – Distribuição das ações de intervenção estratégica por tipo e UPC								
UPC	6° AO 9° PA	ABRIL		MAIO		JUNHO		TOTAL
		GEPAR	GIE	GEPAR	GIE	GEPAR	GIE	
NOVA CONTAGEM	9	0	0	0	1	0	0	4
RESSACA	7	0	0	0	1	0	0	3
CARAPINA	12	1	1	1	0	1	0	7
TURMALINA	10	0	1	1	0	1	0	6
BETHÂNIA	1	0	0	0	0	0	0	0
OLAVO COSTA	13	1	0	1	1	1	0	8
CRISTO REI	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	12	1	0	0	0	1	0	4
JUSTINÓPOLIS	10	1	0	0	0	1	0	5
ROSANEVES	0	0	0	0	0	0	0	0
VENEZA	11	1	0	0	0	1	0	6
PALMITAL	11	0	0	1	1	1	0	6
VIA COLÉGIO	15	1	0	1	1	2	0	9
JARDIM CANAÃ	0	0	0	0	0	1	0	1
MORUMBI	8	1	1	1	0	1	0	7
MORRO ALTO	12	1	1	2	0	1	1	8
TOTAL	254	15	11	20	7	24	7	162

A partir do estabelecimento de diretrizes entre as Unidades de Prevenção à Criminalidade e GEPAR as reuniões são estabelecidas com o objetivo de aprimorar a atuação conjunta, a convivência e articulação visando maior eficácia das ações desenvolvidas para a melhoria da qualidade de vida e segurança dos cidadãos das áreas atendidas. Nesses espaços devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e criminalidade para favorecer a construção, avaliação e o monitoramento de ações conjuntas na promoção da qualidade de vida e segurança local.

Conforme indicado, das 212 reuniões necessárias entre as 26 Unidades de Prevenção e o GEPAR e também nos Grupos de Intervenção estratégica foram realizados 162 (76,41%) encontros **no período de maio a junho de 2021**. Enquanto ponto de observação destaca-se que as reuniões da UPC Jardim Canaã foram retomadas no mês de junho com o retorno das atividades dos programas na região. Além disso, nota-se a continuidade do cenário positivo apresentado no período avaliatório anterior com a manutenção de um número considerável de reuniões realizadas ainda dentro de um contexto de pandemia do COVID-19. As sinalizações sobre a importância dessa parceria e o sentido da realização dessas interlocuções foram de suma importância para o processo de maior cuidado e priorização dessas atividades pelos Gestores Sociais, dado o escopo de efetividade esperado nessa troca e a complexidade das pautas que devem ser contempladas nas reuniões com o objetivo de favorecer uma atuação conjunta entre a repressão qualificada e a proteção social.

Ao analisar os fatores/desafios que justificaram a não realização das reuniões com o GEPAR no período avaliatório, verifica-se que cerca de **40%** dizem respeito à **“ausência da Gestão Social: férias/licença médica”**, **30%** à **“ausência do comandante do GEPAR: troca de comando/férias/licença médica”** e **30%** à **“indisponibilidade de agendas dos atores envolvidos nessa interlocução”**. Destaca-se que ainda em um cenário de restrições impostas pelo contexto da pandemia de COVID 19 foi possível para a maioria dos gestores a articulação com os comandantes do GEPAR para a realização de reuniões mesmo que no formato virtual.

No que refere as reuniões do GIE, destaca-se que houve 11 reuniões no mês de abril e um quantitativo menor nos meses subsequentes - 7 em maio e 7 em junho. Adicionalmente, importante ressaltar que no mês de junho identificou-se um aumento significativo das reuniões com os comandantes do GEPAR nos territórios atendidos pela Política de Prevenção à Criminalidade. Nesse sentido, somente em cinco territórios não foi possível a realização dos encontros. Acredita-se que parte disso se deve ao constante reforço da importância dessa interlocução alinhada com a busca e fortalecimento de vínculos com esse parceiro.

Por fim, reforça-se a necessidade de qualificação das discussões realizadas nesses espaços enquanto parte fundamental para desenvolvimento do trabalho da Política de Prevenção e construção de estratégias de intervenção nos fenômenos de violência e criminalidade.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
360	192
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Se Liga visa corroborar para a construção de alternativas ao ato infracional a partir do acompanhamento de adolescentes que concluíram, ou estão em processo de desligamento das medidas de semiliberdade ou internação. Desse modo, para o alcance deste objetivo o programa realiza atividades coletivas e/ou individuais por meio de atendimentos nas seguintes modalidades:</p> <p><i>1) Modalidades no pré-desligamento:</i></p> <p>a) Atendimentos individuais: atendimentos realizados pelos Analistas Sociais aos adolescentes em processo de desligamento. Baseiam-se em uma escuta e intervenção apuradas que visam a vinculação do atendido com o Programa Se Liga.</p> <p>b) Oficinas Introdutórias: oficinas de apresentação do Programa destinadas a todos os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade ou internação nas Unidades Socioeducativas com o objetivo de despertar o interesse deste público ao apresentar as propostas, possibilidades de intervenção e formas de acesso ao Programa Se Liga.</p> <p>c) Oficinas Temáticas Internas: oficinas com diferentes temáticas que ocorrem nas Unidades Socioeducativas destinadas aos adolescentes em processo de desligamento que remetam ao período pós-desligamento, de forma a despertar o interesse deste público específico pelo Programa Se Liga.</p> <p>d) Oficinas Temáticas Externas: atividades ofertadas fora das Unidades Socioeducativas com o objetivo de estabelecer e/ou fortalecer os vínculos dos adolescentes com o Programa, podendo agregar, quando possível, adolescentes de mais de uma Unidade.</p> <p>e) Atividades culturais: forma a oportunizar o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos da rede de proteção.</p> <p>f) Ações com familiares: ações que proporcionam espaços de fortalecimento de vínculo entre os adolescentes e as famílias frente aos entraves que fragilizam os laços entre eles, como a distância entre a residência e a Unidade, por exemplo.</p> <p><i>2. Pós-desligamento</i></p> <p>a) Atendimentos individuais: atendimentos realizados aos adolescentes egressos do Sistema Socioeducativo a partir de escuta e intervenção apuradas, sendo estratégia fundamental para a formação e manutenção do vínculo do atendido com o Programa. São acolhidas as suas expectativas com relação ao Programa Se Liga, as questões que emergem após o desligamento e o estudo dos efeitos dos atendimentos e encaminhamentos quanto aos aspectos sociais e subjetivos.</p> <p>b) Oficinas: são estratégias pontuais de atividades coletivas, sempre orientadas por temáticas que tangenciam as possibilidades distintas ao envolvimento com a criminalidade, como profissionalização, trabalho e renda, por exemplo. Esse indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades definidas acima. Nas modalidades coletivas, será considerada a quantidade de participantes em cada atendimento realizado.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/03 a 31/06/2021) foram realizados acumuladamente 192 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Se Liga. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 360, atingiu-se 53,33% do estabelecido. Abaixo segue uma descrição dos atendimentos realizados por modalidade.

O contexto de pandemia e seus desdobramentos são fatores que impactam os atendimentos presenciais realizados pelo Programa Se Liga aos egressos do sistema socioeducativo. Tal contexto implica em limitação da circulação dos jovens, o não acesso à cidade, a dificuldade na utilização do transporte público, bem como nas adversidades financeiras.

Tabela 8 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	
Atendimentos Acautelados e Pré Inclusão	
<i>Tipos de atendimentos</i>	<i>Nº</i>
Atividade de Apresentação	16
Atendimento Individual	48
Oficinas Temáticas INTERNAS à Unidade	0
Oficinas Temáticas EXTERNAS à Unidade	0
Atividade Cultural	0
Atividade com Familiares	0
Total	64
Atendimentos Egressos Incluídos no Se Liga	
Atendimento Individual	127
Atendimento em Oficina	1
Total	128

Em virtude das excepcionalidades causadas pelo contexto pandêmico que restringiram e, em dados momentos, impediram a realização plena dos atendimentos do Programa Se Liga, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.2. Percentual de adesão do Egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
60%	1,2%
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Se Liga acompanha os adolescentes que concluíram a medida de semiliberdade ou internação, constituindo-se como oferta de um dispositivo na cidade no qual o adolescente se vincula por adesão voluntária. É um espaço que tem por premissa acolher o adolescente e seus impasses com a liberdade, trabalhando a relação deste com suas escolhas e sua rede de proteção. Neste sentido, opera-se de modo a corroborar com a construção de alternativas ao ato infracional, podendo envolver a continuidade das ações iniciadas e/ou apontadas pela Unidade de semiliberdade e internação, assim como novas escolhas do adolescente que surgem diante do desligamento da medida. Para tanto, os analistas precisam construir uma vinculação do adolescente ao Programa, justamente porque as intervenções dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Desta forma, este indicador visa avaliar a adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga. Para fins deste indicador, o percentual de adesão será calculado pelo número de adolescentes que foram atendidos em qualquer das modalidades do pré-desligamento sobre o número de adolescentes incluídos em qualquer das modalidades do pós-desligamento.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório (abril a junho) o programa incluiu 12 adolescentes para acompanhamento. Isso representa 42,8% do total auferido em todo ano de 2020 quando foram incluídos 28 adolescentes. O percentual observado para o período avaliatório, 1,2%, ficou muito abaixo da meta estabelecida de 60% de adesão de egressos do sistema socioeducativo ao Programa Se Liga.

No mesmo sentido do indicador 3.1, o indicador de adesão tem sido bastante afetado, devido a impossibilidade de promoção de atividades presenciais dentro das unidades e atendimentos individuais para jovens ainda acautelados. Além disso, há dificuldade no contato telefônico/via WhatsApp com jovens egressos que apresentam

limitação no acesso a aparelho celular e/ou internet de qualidade. Como essas ações fomentam a vinculação do adolescente/jovem com o programa após o desligamento das medidas socioeducativas, o percentual de adesão se mantém baixo. Esses têm sido grandes desafios para o Programa Se Liga. Acolher os jovens num cenário de distanciamento social, dificuldade da construção de vínculos pela impossibilidade de promover ações, e os ruídos no entendimento dos jovens sobre o Programa e sua atuação.

Em função dos argumentos supracitados, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
108	476
Descrição do Indicador	
<p>As articulações do Se Liga junto às Unidades Socioeducativas é o primeiro e fundamental passo para que sejam possíveis e efetivas as intervenções a serem realizadas. Deste modo, parte considerável dos esforços das equipes técnicas deverá ser destinada à estas ações estratégicas para a articulação dos trabalhos a serem desenvolvidos.</p> <p>O alinhamento prévio entre o Programa e a Unidade antes da realização das atividades e as discussões conjuntas de estudo de caso são importantes para que não haja sobreposição de atividades, bem como direcionar todos os esforços para o alcance de melhores resultados.</p> <p>Para fins deste indicador, deverão ser considerados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Estudos de casos realizados pela equipe técnica junto à Unidade Socioeducativa antes do desligamento dos adolescentes. 2) Articulações entre a equipe e as Unidades Socioeducativas para a construção dos atendimentos a serem realizados na Unidade em qualquer modalidade. <p>Esse indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas nas modalidades acima.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 31/06/2021) foram realizados acumuladamente 476 ações estratégicas junto as Unidades Socioeducativas. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 108, o programa superou em muito o estabelecido.

Esse desempenho pode ser justificado pela comunicação do Programa com as unidades que é fluida e se tornou mais intensa no primeiro semestre do ano devido às várias mudanças nas equipes, tanto das unidades socioeducativas de Semiliberdade e Internação, quanto na equipe do Programa Se Liga.

Abaixo segue uma descrição das ações realizadas por modalidade.

Tabela 9 - Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas	
Tipos de ações	Nº
Articulações entre a Equipe e as Unidades Socioeducativas	383
Estudo de caso	93
Total	476

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
28.766	18.661
Descrição do Indicador	
<p>Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, o CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais.</p> <p>Para fins deste indicador serão contabilizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos cumpridores de Alternativas Penais; 2) Atendimentos individuais de acompanhamento de cumpridores; 3) Participação de cumpridores em cada (a) Grupo de Inicialização, (b) de Acompanhamento e (c) de Finalização ao longo da medida de Prestação de Serviços à Comunidade e assinaram lista de presença; 4) Participação de cumpridores em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais e assinaram lista de presença. 5) Participação de pessoas em encontros de práticas restaurativas e assinaram a lista de presença. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Em consonância com o que foi apresentado nos últimos Relatórios Gerenciais é preciso contextualizar o referido período que, mais uma vez, foi impactado pela pandemia de COVID-19 e seus desdobramentos.

Como sabido, em março de 2021, devido ao estabelecimento de Onda Roxa do Plano Minas Consciente, as equipes técnicas passaram a desenvolver o trabalho de forma remota até o mês de abril – portanto, ainda que iniciado no mês de março, tal impacto se estendeu para o primeiro mês deste Período Avaliatório. Nesse momento de teletrabalho, os profissionais estiveram investidos em orientar o público e a rede sobre a suspensão do cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), tendo em vista a necessidade de não circulação de pessoas. Importa ressaltar que os Projetos de Execução de Alternativas Penais (PEAP) e Ações de Responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres (grupos reflexivos) permaneceram em desenvolvimento, tendo em vista a modalidade virtual. Com isso, novamente, procedimentos metodológicos foram suspensos ou adaptados para a nova realidade.

Em abril, os 14 municípios retomaram as atividades presenciais em datas distintas entre os dias 05 de abril de 2021 e 26 de abril de 2021, pós Onda Roxa, e pelo mesmo motivo o cumprimento da alternativa penal de Prestação de Serviços à Comunidade foi retomado, o que gerou grande volume de ações de rede e atendimentos ao público para orientações e alinhamentos nesse sentido.

Além disso, novos decretos foram editados e medidas restritivas de circulação e funcionamento dos serviços foram afrouxados e, diante dessa instabilidade do cenário pandêmico, a rede parceira do programa também foi afetada e o seu funcionamento se alterou, o que gerou na equipe um investimento importante de atualização, para que o público fosse informado tanto em relação ao cumprimento da alternativa penal, quanto em relação ao acesso aos equipamentos de políticas públicas, que são altamente requisitados em um contexto de agravamento de vulnerabilidades sociais.

Ainda nesse sentido, conforme também já mencionado nos últimos Períodos Avaliatórios, o Poder Judiciário permaneceu encaminhando poucos casos para inscrição no programa, tendo em vista a ausência ou redução de audiências. Após o período de Onda Roxa, em algumas comarcas as audiências foram retomadas, mas ainda assim de forma reduzida se comparado aos parâmetros usuais.

Por fim, destaca-se que o diagnóstico ou suspeita de COVID-19 de alguns profissionais que compõem a equipe técnica também gerou impacto na execução do trabalho, pois, por recomendação médica, houve afastamento da atividade laboral ou estabelecimento do regime de teletrabalho.

Tais fatos até aqui registrados rememoram os fenômenos de restrição que aconteceram no decorrer de outros períodos avaliatórios e que impactaram severamente nos indicadores definidos. No entanto, ainda que as estratégias de adaptação da metodologia da CEAPA estejam consolidadas, permitindo o desenvolvimento das frentes de trabalho, não se pode afirmar que representam o funcionamento pleno e nos mesmos moldes metodológicos adotados costumeiramente.

Desta maneira, coube à Supervisão Metodológica acompanhar as instabilidades que se apresentaram para que a partir delas fossem realizadas constantes leituras, construções e adaptações nos moldes de trabalho das equipes e, a partir disso, criar estratégias de monitoramento, acompanhamento do público e intervenções com a rede. Por isso, realizou diversos alinhamentos a partir da realidade de cada equipe; participou de grande volume de reuniões e espaços estratégicos para apoio nas articulações relativas às temáticas supracitadas; e deu prosseguimento ao planejamento inovador que promoveu a circulação de informações e experiências entre as equipes e capacitação dos profissionais.

Posta assim a questão, é fundamental analisar os indicadores a partir deste cenário e das estratégias construídas pelo Programa para compatibilizar o respeito às medidas preventivas para conter disseminação do Coronavírus à pauta das Alternativas Penais.

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/03 a 31/06/2021) foram realizados acumuladamente 18.661 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 28.766, atingiu-se 64,87% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 10 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA					
UPC	6º AO 9º PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
ARAGUARI	97	-	-	-	-
BELO HORIZONTE	4960	566	680	780	3728
BETIM	2081	244	256	216	1517
CONTAGEM	1406	274	216	196	1223
DIVINÓPOLIS	1536	185	182	188	1123
GOVERNADOR VALADARES	1171	168	202	182	1096
IBIRITE	739	58	96	108	565
IPATINGA	2054	85	325	301	1276
JUIZ DE FORA	2678	415	348	365	1997
MONTES CLAROS	1296	198	153	198	921
R. DAS NEVES	1234	198	280	193	1209
SANTA LUZIA	1204	134	155	106	910
SETE LAGOAS	1533	134	168	142	1002
UBERABA	1321	106	129	130	806
UBERLÂNDIA	1897	210	191	221	1288
VESPASIANO	11	-	-	-	-
TOTAL	25.218	2975	3381	3326	18.661

Para analisar tal desempenho, faz-se necessário registrar que o Indicador I é composto por cinco modalidades de atendimentos realizados pelo Programa e, sendo assim, reflete frentes de trabalho diversas que podem oscilar de acordo com a realidade de cada município e está suscetível, em diferentes escalas, aos impactos de ações da CEAPA, de terceiros, ou de força maior – como ocorreu no período em análise.

Considerando tal complexidade, é importante analisar a execução do indicador a partir das modalidades desenvolvidas:

- a) *Atendimentos individuais de inscrição:* conforme supracitado, a suspensão de expediente em comarcas na Onda Roxa comprometeu o encaminhamento de novos casos para o programa. Contudo, ressalta-se que tal redução no encaminhamento de casos não é observada apenas em Onda Roxa, mas sim durante todo o contexto pandêmico. Em alguns juízos não há previsão de retomada das audiências e em outros há diminuição significativa no número de audiências realizadas por dia. Diante desse desafio, o Programa tem investido em articulações junto ao Poder Judiciário que visem ampliar sua porta de entrada dentro do possível.
- b) *Atendimentos individuais de acompanhamento:* de acordo com a orientação para retomada gradual da Prestação de Serviços à Comunidade a partir de abril, as equipes técnicas se empenharam para reinserir o público no cumprimento e acompanharam com maior proximidade o desenvolvimento das atividades. Contudo, ainda estão mantidas as dificuldades apresentadas pelo contexto pandêmico no que toca as

restrições da rede para recebimento do público cumpridor, especialmente em relação às alternativas penais que não podem ser convertidas em grupos virtuais, o que impacta nesta forma de atendimento. Diante desse cenário, além das ligações e contatos via aplicativo *WhatsApp*, a equipe técnica lançou mão do envio de cartas para acessar o público e, ainda que no mês de março tenha surtido pouco efeito, neste trimestre se observa maior retorno após o envio das notificações. Além disso, certo número de casos ainda permanece aguardando posicionamento do Poder Judiciário acerca da Orientação Técnica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que faz com que as atualizações mensais não se deem necessariamente via atendimentos com intervenções, mas sim, via contatos e acompanhamentos processuais.

- c) *Atendimentos Grupais de PSC*: diante da queda de pessoas inscritas, o Grupo de Inicialização foi severamente impactado. A manutenção das restrições da rede para efetivação do cumprimento da PSC também repercutiu nos atendimentos dos Grupos de Acompanhamento e de Finalização. Entretanto, diante do avanço do trabalho ainda que em cenário desafiador, a partir deste trimestre já se observa a retomada da execução dos Grupos de Acompanhamento para alguns casos que reingressaram no cumprimento da PSC, e do Grupo Introdutório para os casos que cumprem pena restritiva de direitos por comércio ilegal de drogas.
- d) *Atendimentos Grupais de PEAP; e Atendimentos no âmbito da Justiça Restaurativa*: como se sabe, para evitar a aglomeração de pessoas, o contato pessoal e a circulação do público, a execução de diversos Projetos de Execução de Alternativas Penais (PEAP) foi suspensa ou adaptada para modalidade virtual. Ainda que já executadas em maior volume, nesta última é incluído menor quantitativo de pessoas e, além disso, para que a demanda de casos seja contemplada de forma mais ágil, o número de encontros de alguns Projetos foi reduzido – fatos que promovem menor quantitativo de atendimentos por grupo. Apesar das dificuldades, é indubitável o avanço exponencial do Programa na adaptação desta modalidade às restrições provocadas pela situação pandêmica e o maior desenvolvimento metodológico deste formato. Da mesma maneira, o público aderiu aos encontros com facilidade e participou de maneira ativa nas construções de discussões referentes às temáticas tratadas – o que garante a efetividade e qualidade das intervenções.

A partir da análise empreendida, é importante destacar a frequente expressão dos Atendimentos de Acompanhamento para o indicador que, também neste trimestre, contribuíram significativamente para a estabilidade dos números. Além disso, não se pode deixar de registrar que todas as modalidades de atendimentos são motivadas, por essência, pelo cumprimento das Alternativas Penais. Nesta feita, a suspensão da obrigatoriedade que ainda permanece em algumas comarcas não deixa de influenciar na execução das metas.

Isto posto, destacam-se algumas Centrais:

Belo Horizonte: o quantitativo de atendimentos nesse município foi impactado, principalmente, pela redução de casos encaminhados para o programa e pelas pendências de retorno dos juízos sobre a Orientação Técnica do CNJ, que impactam no vínculo desse público com a Central. Dessa forma, no referido trimestre realizou-se 43,9% da meta municipal estipulada para o período. Entretanto, importa ressaltar que no período anterior a realização foi de 36%, o que demonstra o crescimento desse quantitativo – que pode ser atestado pelo aumento progressivo em 4 das 5 modalidades de atendimento.

Contagem: Neste município, a dificuldade de contato com o público impacta diretamente no quantitativo de atendimentos individuais de acompanhamento que compõe o indicador. Trata-se de modalidade de atendimento que, costumeiramente, é a mais desenvolvida pela Central e que é motivada, em maioria, pelo cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade. Ao analisar esta alternativa penal, percebe-se grande quantitativo de casos sem contato com o Programa, sendo relevantes aqueles advindos do Juizado Especial Criminal. Interessante observar que, este Juízo se posicionou favorável à contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento das Alternativas Penais – ainda que os procedimentos de baixa dos processos estejam sendo tomados de forma vagarosa. Por isso, hipótese pertinente é que as Pessoas com Alternativas Penais, após informadas e suspenderem o cumprimento, passaram a fazer o acompanhamento dos andamentos processuais de forma autônoma, sem necessariamente referenciar o Programa. Por isso, há constante necessidade de busca ativa da equipe através do envio de cartas e contatos telefônicos. Por vezes, estas ações são frustradas e, não resultam, de imediato, em atendimento de acompanhamento – alguns deles, só dão em atendimento após repetidas tentativas e utilização de mais de um meio, o que torna o procedimento mais vagaroso. Por isso, em Contagem, ainda que sob forte influência dos atendimentos individuais de inscrição e grupais de PEAP (Ação de Responsabilização com Homens Autores de Violência), apenas 63% da meta foi cumprida.

Ibirité: Para justificar o desempenho do município neste indicador, faz-se necessário, logo de início, registrar que desde 2020 o Poder Judiciário mantém a obrigatoriedade de cumprimento das Alternativas Penais de Prestação de Serviços à Comunidade suspensa. Desta maneira, os atendimentos que costumeiramente acontecem em maior volume – Atendimentos Individuais de Acompanhamento – e que são motivados por esta Alternativa Penal, foram severamente afetados. Cumpre observar que o exíguo quantitativo de atendimentos motivados por esta modalidade de alternativa penal é decorrente da finalização do acompanhamento: seja pelo posicionamento favorável à contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento (Como previsto em Orientação do CNJ de 27 de abril de 2020) ou pela substituição da alternativa penal por outra não acompanhada pela Central.

Poucos são os casos que mantêm atendimento no Programa, após longo período de suspensão, para o referenciamento de demandas relacionadas a outros fatores que não os processuais. Somado a tal fato, a formação da equipe oscilou e, durante parte do período avaliatório, esteve com apenas 01 analista social. Este profissional, por questões de saúde, ficou afastado durante um período do mês de abril, o que causou severo impacto no indicador, já que todos os atendimentos foram suspensos. Por tudo isso, mesmo que tenha retomado, de forma ainda tímida, atendimentos individuais de inscrição e mantido a realização de atendimentos grupais de PEAP, a meta não foi atingida, visto que apenas 48% do estabelecido foi cumprido. Em contrapartida, enfatiza-se o investimento em ações de rede nesse trimestre, conforme apontado no Indicador III.

Ipatinga: De início, quanto a este município, é importante observar que apenas duas modalidades que compõem o indicador de atendimento foram desenvolvidas no trimestre: os atendimentos individuais de inscrição e os atendimentos individuais de acompanhamento. Este fato está diretamente relacionado ao posicionamento e organização do Poder Judiciário na comarca. Enquanto parte das audiências foram retomadas de forma muito tímida (principalmente da Vara de Execuções Penais), a suspensão da obrigatoriedade de cumprimento das alternativas penais vigora até o mês de agosto do corrente ano. Por isso, é ínfima a parte do público que cumpre Prestação de Serviços à Comunidade - Alternativa Penal com maior volume na Central e, que por consequência, gera maior quantitativo de atendimentos. Estes casos são restritos aos que não terão as penas afetadas (em todo ou em parte) pela contabilização e não demonstraram impedimentos para a construção da retomada gradual do cumprimento em momento pandêmico.

Por fim, há que se registrar ainda, a dificuldade de contato com o público para atendimentos de acompanhamento: seja para as intervenções em riscos criminais, repasse de informações processuais ou mesmo a construção da reinserção no cumprimento antevendo o fim da suspensão da obrigatoriedade. Tal empecilho, requer o empenho e tentativas da equipe, através de diversos meios de contato e, compromete o desenvolvimento imediato dos atendimentos que compõem o indicador.

Com efeito, nota-se que, apesar das iniciativas exitosas das equipes do Ceapa e a melhora no indicador em relação ao trimestre anterior, o período pandêmico impõe uma série de restrições que compromete em diferentes escalas o total de atendimentos realizados. **Pelas razões supracitadas, solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
72%	75,1%
Descrição do Indicador	
Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/03 a 31/06/2021) o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de 75,1%. Considerando que a meta estabelecida foi de 72%, o programa ultrapassou o estabelecido para o indicador. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

Tabela 11 - Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial			
	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO
ARAGUARI	-	-	-
BELO HORIZONTE	210	232	90,5%
BETIM	57	71	80,3%
CONTAGEM	122	163	74,8%
DIVINOPOLIS	15	20	75,0%
GOVERNADOR VALADARES	52	96	54,2%
IBIRITE	21	24	87,5%
IPATINGA	93	117	79,5%
JUIZ DE FORA	52	84	61,9%
MONTES CLAROS	32	44	72,7%
R. DAS NEVES	38	54	70,4%
SANTA LUZIA	37	50	74,0%
SETE LAGOAS	22	29	75,9%
UBERABA	39	76	51,3%
UBERLÂNDIA	24	24	100,0%
VESPASIANO	-	-	-
TOTAL	814	1084	75,1%

Para a análise deste indicador é fundamental levar em consideração o efeito positivo da modalidade virtual de desenvolvimento dos Projetos de Execução de Alternativas Penais (PEAP) e Ações de Responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres (grupos reflexivos). Avalia-se que a virtualização dos grupos contribuiu bastante na adesão integral ao cumprimento, considerando a ausência de deslocamento para participação e a consequente possibilidade de melhor adaptação dos encontros à rotina das pessoas com alternativa penal.

Além disso, com a retomada do envio de cartas para acesso aos casos que não responderam aos contatos telefônicos e via aplicativo *WhatsApp*, ainda que no trimestre anterior não tenha sido possível perceber esse impacto, no referido período nota-se que após o envio das notificações o público tem retornado às Centrais, o que oportuniza espaços de intervenção técnica para regularização do cumprimento e responsabilização dos cumpridores.

Por fim, conforme já citado no período anterior, em abril de 2020 o CNJ emitiu Orientação³ que sugere a contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento. Tal direcionamento foi seguido por diversos juízos das comarcas em que a CEAPA atua e, assim, grande volume de alternativas penais, ainda que não cumpridas, foram baixadas por cumprimento integral na medida em que as pessoas acompanhadas foram atingidas e beneficiadas pela decisão judicial. É importante ressaltar que o posicionamento em relação a cada situação, devido ao volume de casos a serem apreciados, acontece paulatinamente, por isso o impacto continua sendo sentido mesmo que a Orientação seja de 2020. Dessa maneira, entende-se que no decorrer dos próximos meses tais baixas ainda serão vislumbradas.

De acordo com o exposto, esse indicador teve destaque em:

Belo Horizonte: conforme já explicitado, a importante adesão do público ao formato virtual dos grupos executados contribuiu para a integralidade dos cumprimentos nessa modalidade de alternativa penal. Somado a isso, ocorreram no período as baixas por cumprimento integral de PSC diante da adesão dos juízos à Orientação Técnica do CNJ, em especial dos casos oriundos do Juizado Especial Criminal, que representam quase 40% de tais baixas referentes a esse trimestre.

Ibirité: O desempenho do município neste indicador, está diretamente relacionado ao posicionamento favorável do Poder Judiciário sobre a contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento das alternativas penais e à boa adesão do público aos grupos virtuais. O primeiro fator motivou a baixa pelo cumprimento integral de casos de Prestação de Serviços à Comunidade – sendo em maior volume aqueles oriundos da Vara de Execuções Penais. Sendo favorecido pelo meio eletrônico de seus processos – que tramitam no Sistema Eletrônico de Execução -, este Juízo, vem se organizado de forma mais ágil para o procedimento de baixa processual ou de substituição das alternativas penais por outras não acompanhadas pela Central. Já a boa adesão do público aos atendimentos remotos, aliado ao desenvolvimento metodológico da equipe para conduções através deste meio, motivou o cumprimento integral de todos os casos que foram inseridos em grupos (PEAP Trânsito e Ação de Responsabilização) no trimestre. Cumpre observar que apenas 03 casos encaminhados por Medida Protetiva de Urgência, foram baixados por descumprimento no período em análise. Em totalidade, os casos têm inscrição no Programa em ano anterior ao corrente e, mesmo com diversas tentativas da equipe não se vincularam a proposta

³ Orientação Técnica do dia 27 de abril de 2020, CNJ 2020.

de cumprimento: ainda que encaminhados ao grupo, não compareceram aos encontros ou retornaram para atendimento de justificação.

Uberlândia: os índices de cumprimento das Alternativas Penais no município de Uberlândia são influenciados pelo entendimento favorável do Poder Judiciário da comarca sobre a Orientação Técnica do CNJ que versa sobre a contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento das alternativas penais. De maneira pormenorizada, é interessante destacar que, todos os casos baixados de Prestação de Serviços à Comunidade no período em análise, são oriundos do Juizado Especial Criminal. Tal fato sinaliza, por parte deste Juízo, a atividade que, mesmo lenta quanto aos procedimentos para a baixa dos processos, é de grande relevância para o indicador, visto que apenas uma das baixas se deu pelo cumprimento integral da medida em entidade parceira. Para além de tal fato, a boa adesão do público aos grupos virtuais somado a execução próxima ao período de inscrição no Programa, favoreceu o cumprimento dos casos de Projeto de Execução de Alternativas Penais de Trânsito e manteve o indicador em alta. Assim, com a posição favorável e boa adesão do público ao cumprimento, todas as alternativas penais baixadas no período foram por cumprimento integral.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.272	3.104
Descrição do Indicador	
<p>O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais. Este indicador objetiva mensurar as ações do CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõe essa rede. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Visitas de monitoramento às entidades da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais; 2) Visitas de entidades da rede parceira à Unidade de Prevenção Social à Criminalidade; 3) Visitas a órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão sobre fluxos de alternativas penais. 4) Visitas em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas transversais às alternativas penais. 5) Visitas de captação de novos parceiros; 6) Encontros para discussão de casos com a rede de proteção social; 7) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa, limitadas ao máximo de 30 entidades. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/03 a 31/06/2021) foram realizadas acumuladamente 3.104 ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.272, o objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	6º AO 9º PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
ARAGUARI	120	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	995	260	96	117	811
BETIM	241	32	17	26	181

Tabela 12 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio					
UPC	6º AO 9º PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
CONTAGEM	384	41	37	42	272
DIVINOPOLIS	307	29	32	34	175
GOVERNADOR VALADARES	303	21	15	20	123
IBIRITE	316	44	33	32	206
IPATINGA	642	30	55	51	279
JUIZ DE FORA	486	30	17	24	178
MONTES CLAROS	204	14	39	23	126
R. DAS NEVES	342	9	51	38	230
SANTA LUZIA	210	23	11	11	121
SETE LAGOAS	237	27	38	27	226
UBERABA	226	7	12	16	72
UBERLÂNDIA	303	12	12	14	104
VESPASIANO	59	-	-	-	0
TOTAL	5375	579	465	475	3104

As ações de rede no âmbito do Programa CEAPA podem ser compreendidas como articulações que estimulam a participação social na execução, qualificação e desenvolvimento da Política de Alternativas Penais, buscando torná-la eficiente para o cumprimento das penas e medidas, ao passo que também efetiva garantias e acessos à direitos.

Assim, o Indicador III - Número Acumulado de Ações Junto às Redes de Apoio - reflete diretamente a relação entre a pauta das Alternativas Penais e o contexto social que envolve o público atendido, deixando evidente a forma com que o Programa e os parceiros atuam diante dele.

Neste sentido, as 1.519 ações de rede desenvolvidas no período em análise, devem ser entendidas a partir dos efeitos de saúde pública provocados pelo cenário pandêmico e a necessidade de (re)construção contínua dos moldes de cumprimento – o que demandou atuação próxima e constante junto aos parceiros.

Por ser desenvolvido nos espaços físicos da rede de Alternativas Penais, o cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade foi o mais afetado pelas restrições de circulação de pessoas. Assim, esta alternativa penal é a que mais movimentou as equipes técnicas para as ações que compõem o indicador.

Tendo em vista a permanência das restrições impostas pela Onda Roxa do Plano Minas Consciente ainda no mês de abril, as equipes lançaram esforços para seguir acompanhando a organização das entidades parceiras quanto ao funcionamento e informar sobre a continuidade da suspensão de cumprimento no período.

Já ao final do mês, cessadas as restrições, o cumprimento das alternativas penais foi retomado e, então, as articulações passaram a ser voltadas para a reinserção do público. Além disso, buscou-se atualizar e qualificar a disponibilidade dos parceiros para o recebimento de pessoas em cumprimento Prestação de Serviços à Comunidade, visto que, medidas de segurança ainda precisam ser observadas.

A partir disso, contatos telefônicos e videochamadas foram constantes para aprofundar nas intervenções de acompanhamento, organização e cuidado. Além disso, o momento foi propício para qualificar o entendimento dos parceiros sobre a pauta das Alternativas Penais. Neste ponto, cumpre ressaltar que os meios remotos ainda são utilizados em maior volume para as articulações e garantem mais agilidade e segurança para os envolvidos. Contudo, ações presenciais, ainda que pontualmente, já foram retomadas. Na medida da segurança e necessidade, as intervenções relacionadas ao estabelecimento de novas parcerias, reconstrução de acordos ou mesmo para tratar irregularidades percebidas no decorrer do cumprimento, já são desenvolvidas pela equipe técnica de maneira presencial.

De forma estratégica para a manutenção e fortalecimento de vínculos com a rede parceira, o Programa investiu na participação de espaços instituídos nos municípios que tratam temas transversais às Alternativa Penais. Nesse sentido, destaca-se a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher que, através da integração de setores e entidades, visa enfrentar o fenômeno de violência levando em consideração sua complexidade. Trata-se, portanto, de atenção imprescindível para a CEAPA que, prima, entre as alternativas penais monitoradas, pelas intervenções com homens autuados por violências contra as mulheres – encaminhados através dos institutos das Medidas Protetivas de Urgência e Medidas Cautelares.

Além disso, construções com serviços públicos disponíveis nos municípios foram constantes do decorrer do período avaliatório. Em sua totalidade, visaram o desenvolvimento de ações conjuntas para a intervenção em fatores sociais, de saúde, econômicos ou criminais que colocam o público em risco ou maior vulnerabilidade. Assim, há que se registrar que o grande volume de ações no trimestre também está relacionado ao agravamento da situação social do público atendido, visto que, além de ser afetado pela precariedade de recursos, é acometido pela violação de direitos e garantias básicas – como saúde e alimentação.

Ainda são destaques para a contabilização do indicador, as articulações com o Sistema de Justiça que, além de abordar a retomada gradual do cumprimento, trataram os ajustes de novos encaminhamentos de Alternativas Penais e os desdobramentos da Orientação do CNJ sobre a contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento.

Dado o cenário descrito, a meta de 636 ações de rede estabelecida no bojo do Contrato de Gestão 002/2019 para o Programa CEAPA, foi superada em 138,8%.

Este volume chamou atenção da Supervisão Metodológica que, de pronto, iniciou reflexões e lançou esforços juntos às equipes técnicas para a qualificação das intervenções com os parceiros. Ainda que levando em consideração a agilidade proporcionada pelos meios remotos que vem sendo utilizados, mostrou-se fundamental tornar as ações mais estratégicas e efetivas na medida em que ultrapassam o repasse de informações. Assim, recuperar reflexões relacionadas ao acompanhamento, ao caráter social das alternativas penais e mesmo às responsabilidades dos envolvidos foi pauta de encontros que, por sua vez, repercutiram no planejamento e desenvolvimento da frente de trabalho.

Também por isso, ao analisar o desempenho, percebe-se uma queda progressiva no trimestre. Além de sinalizar a construção mais qualificada e estratégica por parte dos analistas sociais, revela mais um passo dado rumo ao regresso gradual aos parâmetros metodológicos do Programa de inserção, acompanhamento e cumprimento regular das alternativas penais – reflexo, ainda, de maior estabilidade na disponibilidade dos parceiros.

Ainda assim, são vultosas as ações que se destacam nos municípios:

Divinópolis: de acordo com a retomada gradual da PSC, a equipe esteve investida em articulações de rede para inclusão do público na rede de alternativas penais. Além disso, devido à mudança de espaço físico da Unidade de Prevenção à Criminalidade e a necessidade de captação de parcerias, foram realizadas diversas ações junto ao Poder Judiciário e a Prefeitura. Ambas as frentes de trabalho culminaram em execução 295,8% superior à meta municipal estabelecida.

Ibirité: neste município, diante da ausência de novas inscrições e da suspensão da obrigatoriedade de cumprimento, esta foi a frente de trabalho desenvolvida em maior volume. Tal estratégia mostrou-se fundamental para a manutenção dos vínculos e serviu para o aprimoramento da relação e do entendimento da rede sobre as alternativas penais. Neste sentido, se comparado ao período avaliatório anterior, o quantitativo de visitas de monitoramento aos parceiros sofreu aumento de 112% e espaços coletivos foram promovidos (encontro de rede) ou priorizados pela equipe. Assim, dado o cenário de ausência de encaminhamentos para o cumprimento, a promoção destas articulações mostra-se fundamental para as atividades futuras da Central junto ao público e, revela avanço no planejamento de estratégias e execução de ações por parte da equipe técnica. Por fim, há destaque ainda, as articulações desenvolvidas com o Sistema de Justiça para alinhamentos dos fluxos das alternativas penais e desdobramentos da contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento.

Montes Claros: nesse período a equipe esteve focada na execução das ações também com vistas à reinserção do público no cumprimento, portanto foi realizado um quantitativo significativo de visitas de monitoramento às entidades da rede parceira para recebimento de PSC. Também houve aumento de espaços de discussão de casos com a rede de proteção social, de acordo com a demanda de referenciamento dos cumpridores acompanhados. Ambas as frentes de trabalho destacadas culminaram em execução 216,6% superior à meta municipal estabelecida.

Sete Lagoas: De antemão, para analisar o desempenho da Central quanto a este indicador, faz-se necessário destacar o avanço da equipe na (re)inserção do público no cumprimento da Alternativa Penal de Prestação de Serviços à Comunidade. O crescente volume de encaminhamentos e reencaminhamentos nesta modalidade, movimentou aos analistas nas articulações para desenvolver a disponibilidade dos parceiros em receber pessoas para o cumprimento em suas dependências. Além disso, ainda com a finalidade de avançar na retomada gradual do cumprimento da PSC, novas parcerias foram realizadas no município e contribuíram para o desempenho no indicador. Não se pode esquecer que encontros para a discussão de casos com equipamentos da rede de proteção social também contribuíram para impulsionar os números. A expansão dessa ação, joga luz sobre o avanço metodológico da equipe e revela desenvolvimento quanto ao manejo e intervenções em vulnerabilidades e fatores de risco. Por fim, articulações com o Sistema de Justiça foram importantes para alinhar os fluxos de encaminhamentos das alternativas penais e, contribuíram significativamente para o grande desempenho no indicador.

Guardadas as particularidades, pode-se afirmar que nestes municípios as ações de rede foram, em maioria, voltadas para atender a constante necessidade de informações sobre o funcionamento e disponibilidade das instituições para o cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade. Fato que reforça esta demanda é observar que neles a maior parte da rede parceira é formada por entidades de serviços públicos. Estes, tem o funcionamento regulamentado pelo Poder Executivo (municipal ou estadual) e, portanto, assim como o Programa CEAPA, estão mais propensos aos arranjos nas organizações de trabalho para a permanência em funcionamento.

Além disso, ao comparar essa frente de trabalho com o Indicador I – Número acumulado de atendimentos - e levando em consideração a formação das equipes, o grande volume de ações de rede não prejudicou o desempenho destes municípios nas intervenções com o público – visto que, com exceção de Ibité, não se destacam de forma negativa na análise do indicador de atendimento.

Ainda nesse sentido, é importante registrar que no período avaliatório anterior, os municípios de Divinópolis, Sete Lagoas e Ibité também sobressaíram no desenvolvimento de ações de rede – o que indica uma constância nos números e na organização destas equipes que, de maneira estratégica, vem lançando esforços sobre essa frente de trabalho. Por outro lado, nestas e nas demais Centrais, tal cenário poderá sofrer alterações na medida do progresso das condições de saúde pública e de cumprimento de alternativas penais. Caso ocorram, poderão ser dispensadas, ainda que de forma gradativa, ações constantes e urgentes voltadas ao repasse e busca de informações. Assim, as equipes poderão agregar, com maior vigor, as articulações, o desenvolvimento e qualificação daqueles que se co-responsabilizam socialmente pela Política de Alternativas Penais através do recebimento de pessoas em seus espaços.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
8.683	7.501
Descrição do Indicador	
<p>O Programa PRESP busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.</p> <p>Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.</p> <p>Para fins deste indicador serão contabilizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos egressos; 2) Atendimentos individuais de egressos em acompanhamento; 3) Atendimentos individuais com familiares de egressos; 4) Atendimentos individuais de pré-egresso e/ou familiar; 5) Participação de Egressos de cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença; 6) Participação de pré-egressos em atendimentos grupais nas unidades prisionais e assinaram a lista de presença. 7) Participação de familiares de egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença. 8) Participação de familiares de pré-egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença. 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/03 a 31/06/2021) foram realizados cumulativamente 7.501 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 8.683, alcançou-se 86,38% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 13 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP					
UPC	6º AO 9º PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
ARAGUARI	19	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	2155	201	233	275	1447
BETIM	834	110	96	134	644
CONTAGEM	1052	166	148	144	760
GOVERNADOR VALADARES	774	105	116	108	631
IPATINGA	834	121	113	114	626
JUIZ DE FORA	705	86	103	111	503
MONTES CLAROS	924	76	79	97	523
RIBEIRÃO DAS NEVES	1147	138	110	64	680
SANTA LUZIA	799	89	122	90	683
UBERABA	438	35	30	32	241
UBERLÂNDIA	1165	121	122	96	763
TOTAL	10.846	1.248	1.272	1.265	7.501

Um dos primeiros pontos a serem considerados é que o cumprimento de 86% da meta para este período avaliatório constitui um resultado expressivo tendo em vista as restrições impostas pela pandemia da Covid-19 e seus desdobramentos para a execução do Presp.

No trimestre que compreende o 10º período avaliatório, observou-se a manutenção dos “formatos híbridos” de trabalho dos profissionais do Presp diante da pandemia Covid-19 que ainda permeia o cenário nacional. No início de abril, as equipes iniciaram o retorno gradativo do formato de trabalho remoto para o presencial e, ao final do mesmo mês, todas as equipes já haviam reestabelecido os atendimentos presencialmente. Importante destacar que esse retorno ao formato presencial se configurou como um desafio devido à dificuldade apresentada pelo público do Programa em ir à unidade por restrições financeiras ou por receio de colocar a sua saúde em risco com o contexto de pandemia. Nota-se que em várias unidades a mudança do mês de maio (remoto) para os meses seguintes (presenciais) não implicou necessariamente em aumento ou redução do número de atendimentos.

Entretanto, de um ponto de vista metodológico, compreende-se a necessidade de potencializar os atendimentos presenciais, pois as questões relacionadas às dinâmicas de violências e/ou criminalidade são pontos importantes para intervenção. Além disso, já é sabido que no PrEsp os atendimentos por telefone limitam tanto o público quanto a equipe a questões voltadas a demandas pontuais e objetivas. Para outras situações é necessário o espaço seguro e de sigilo do atendimento ofertado na UPC para desenvolver com o egresso a escuta aprofundada de suas vulnerabilidades e/ou demandas “subjetivas”, principalmente naquilo que toca a vulnerabilidade criminal.

Em Uberaba, a supervisão metodológica, a equipe e a gestão social iniciaram em junho um plano de ação para que sejam realizadas ações estratégicas, numa tentativa de elevação do indicador de atendimento através de intervenções realizadas pela equipe (com público) e pela gestão (com rede parceira). A expectativa é que tais ações possam alcançar maior número de pessoas com experiência prisional promovendo o acesso ao programa de forma presencial.

A equipe de **Belo Horizonte** elevou de maneira significativa o número de inscrições no programa quando o trabalho foi desenvolvido no formato presencial. Em abril, até o dia 22, quando toda equipe estava em teletrabalho, foram realizadas somente 18 inscrições. Já, em maio, esse número saltou para mais de 50% nas inscrições se comparado ao mês anterior. É notável que a disponibilidade da equipe presencial na UPC favorece a elevação de acesso aos egressos neste município.

Em Belo Horizonte, até o encerramento deste período avaliatório, o revezamento da equipe no formato presencial e no formato de teletrabalho ainda era uma realidade, sendo um município em que os atendimentos têm sido realizados de forma presencial e o acesso ao público por telefone nem sempre é efetivo. É importante destacar ainda outra peculiaridade que este período avaliatório apresentou: mesmo com o revezamento de analistas, houve um aumento significativo de atestados médicos e afastamentos de analistas da UPC devido ao adoecimento por Covid-19. Essa e outras situações atípicas geraram a pouca disponibilidade de equipe de Belo Horizonte para os atendimentos neste período avaliatório.

Concernente a isso, em **Montes Claros**, a equipe contou com apenas um analista nos dois primeiros meses do trimestre. Contudo, em função da grande demanda do público, a equipe conseguiu sustentar um quantitativo alto de atendimentos. A partir de junho, com a disponibilidade de mais um analista, o número de atendimentos foi potencializado, apresentando uma elevação significativa.

Neste período avaliatório ocorreu o retorno da Coleta de Assinaturas em alguns municípios, o que implicou no aumento da circulação do público na UPC e, conseqüentemente, em maior o acesso às equipes, tal qual observado em **Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Betim e Montes Claros**.

Em **Ribeirão das Neves** foram coletadas as assinaturas de 843 egressos somente no mês de maio/2021 na UPC. Com a atual organização da “Central de Assinaturas” situadas nos auxiliares administrativos, a equipe teve maior disponibilidade para o atendimento aos egressos com demandas para além das assinaturas. Observou-se, todavia,

uma sobrecarga desta equipe em função de dois pontos: uma auxiliar administrativa nova na função de coleta de assinaturas e a ansiedade do público por ter ficado sem assinar durante mais de um ano, após suspensões periódicas de comparecimento em juízo da Vara de Execução Penal. Já no mês de junho houve uma redução no quantitativo de egressos assinando no UPC e a equipe se apresentou mais organizada.

Em **Santa Luzia**, a redução do quantitativo de egressos circularam pelo UPC para assinatura (413 em maio para 151 em junho) acabou repercutindo na baixa demanda por atendimentos. Cabe aqui mencionar o trabalho desenvolvido junto às equipes para que a circulação de público no Presp não fique restrito aos períodos de assinatura, sendo investido tanto nas frentes de acompanhamento quanto na ampliação de “portas de entrada” do programa.

Outro ponto de destaque que refletiu no acesso do público ao programa neste período avaliatório foi a retomada gradativa do funcionamento do judiciário, não atrelado necessariamente à coleta de assinaturas nas Unidades de Prevenção. Em **Contagem**, por exemplo, o trimestre foi marcado pela alta demanda de egressos que acessaram o Presp pela primeira vez em função da “obrigatoriedade” de comparecimento ao programa determinada em Ata de Regime Aberto e Alvará de Soltura. Esse acesso demasiado requereu investimento da equipe em *Grupos de Apresentação* e primeiros atendimentos individuais a esse público, o que incidiu no aumento do número de atendimentos nesta Unidade.

Neste período avaliatório, as equipes investiram também em atividades coletivas presenciais, obviamente, respeitando as normas sanitárias municipais e estadual de prevenção a COVID-19 e estrutura do UPC. Sendo assim, **Santa Luzia** iniciou em maio uma ação de “grupo reflexivo” com mulheres egressas acompanhadas pelo Programa. Os encontros mensais tocam pontos relacionados ao acompanhamento dessas mulheres, onde abordam-se temáticas pertinentes às relações afetivas, violências, autocuidado, dentre outras temáticas transversais à cidadania e garantia de direitos.

Nos municípios de **Governador Valadares, Betim, Contagem, Montes Claros, Santa Luzia e Uberlândia** foram retomados os *Grupos de Apresentação*, com um quantitativo reduzido de no máximo seis participantes e periodicidade semanal. Importante ressaltar que o *Grupo de Apresentação* é destinado aos egressos que acessam a UPC pela primeira vez a partir da obrigatoriedade da assinatura. Os egressos são convidados a participarem de grupo para apresentação do PrEsp, visando a adesão dessas pessoas ao Programa, desvinculação do lugar do judiciário atribuído ao programa em função da coleta de assinaturas, identificação de demandas e/ou vulnerabilidades e diálogos sobre as perspectivas diante da saída do sistema prisional.

Com os *Grupos de Apresentação e Reflexivos* notou-se uma significativa oscilação no que toca à presença do público nas atividades coletivas realizadas de forma presencial. Acredita-se que isso esteja relacionado ao cenário pandêmico, onde o público ainda se encontra receoso e com limitações de circulação impostas por falta de recursos financeiros para arcar com mobilidade. Todavia, é perceptível que o retorno das atividades coletivas contribuiu para a elevação do indicador em algumas Unidades. Em **Uberlândia**, por exemplo, a equipe avaliou de forma positiva a retomada dos *grupos de apresentação*, pois permitiu qualificar os processos de trabalho e elevar os indicadores de adesão e de atendimentos.

Em **Belo Horizonte**, a partir da articulação da gestão social com a APAC Feminina do município para iniciação de ações com pré-egressas daquela instituição, foi possível que a equipe desenvolvesse uma ação presencial no mês de junho com 60 pré-egressas. Tal intervenção favoreceu a elevação deste indicador e ainda terá repercussão nos próximos meses tanto pela continuidade da ação quanto pela chegada dessas mulheres egressas ao PrEsp.

Cabe destacar também a realização de atividades coletivas virtuais em algumas Unidades Prisionais como possibilidade de ações a serem desenvolvidas com o público neste cenário epidêmico. Neste contexto, destaca-se que a equipe de **Betim** iniciou em maio ações coletivas virtuais, realizadas quinzenalmente com pré-egressos da Penitenciária Professor Soares Jason Albergaria, visando a apresentação e vinculação dessas pessoas ao programa.

No que se refere à ação iniciada no trimestre passado referente à retomada de acompanhamentos de casos sem atualização há mais de um ano na Planilha de Egressos notou-se que, com a mudança do formato remoto, houve uma redução no investimento nessa frente devido às demandas originadas no formato presencial. No entanto, em **Juiz de Fora**, onde não há coleta de assinaturas, a equipe manteve essa frente em andamento. Tal ação impactou significativamente nos números de atendimentos, consolidando o aumento gradual do indicador nessa unidade e, conseqüentemente, superando a meta prevista para o mês de junho.

Por fim, importante destacar que, mesmo diante do cenário adverso supracitado, os profissionais do Programa conseguiram alcançar 86% da meta de atendimentos prevista para esse Período Avaliatório. Contudo, em função das restrições e impactos causados pelo contexto da Covid-19 na realização plena dos atendimentos do Presp, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
78%	83,33%
Descrição do Indicador	
O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PRESP, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/03 a 31/06/2021) o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi 83,33%. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 78%, esta foi atendida integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
ARAGUARI	-	-	-
BELO HORIZONTE	411	521	78,89%
BETIM	236	281	83,99%
CONTAGEM	232	283	81,98%
GOVERNADOR VALADARES	168	204	82,35%
IPATINGA	189	242	78,10%
JUIZ DE FORA	204	226	90,27%
MONTES CLAROS	124	149	83,22%
RIBEIRÃO DAS NEVES	216	234	92,31%
SANTA LUZIA	215	243	88,48%
UBERABA	71	86	82,56%
UBERLÂNDIA	133	170	78,24%
TOTAL	2199	2639	83,33%

Neste período avaliatório, o percentual de adesão apresentou como resultado 83,33%, o que representou 106% da meta estabelecida para este indicador. Tal dado reflete o aprimoramento do acompanhamento do público atendido a partir de retornos ao programa, bem como o uso de novas estratégias para avançar e potencializar o acesso do público egresso no contexto pandêmico.

Em abril, observou-se que todas as equipes alcançaram o previsto para o indicador de adesão, sobretudo por permanecerem grande parte do mês em formato de teletrabalho. Ressalta-se que os atendimentos realizados por telefone facilitaram o movimento de retorno e o acesso aos usuários e, conseqüentemente, o acompanhamento das demandas e/ou vulnerabilidade apresentadas pelos atendidos nesse período.

As equipes retornaram gradativamente para o formato de trabalho presencial durante o mês de abril, já iniciando maio com todas as unidades neste formato. Como dito anteriormente, percebeu-se que o formato presencial apresentou como um dos seus desafios a transição do público para os atendimentos presenciais, que implicou em limitações de circulação associadas a dificuldades de arcar financeiramente com transporte, preocupação com pandemia de Covid-19, acesso mais facilitado às equipes por telefone, entre outros.

Mediante a isso, as equipes desenvolveram estratégias para fomentar o retorno dos egressos para atendimento nos meses seguintes, tais como envio de mensagens por *WhatsApp* institucional informando sobre o retorno ao presencial e a realização de determinados atendimentos ainda por telefone, considerando a especificidade apresentada pelo usuário para o não acesso ao formato presencial. Essas iniciativas potencializaram a continuidade dos atendimentos de retorno e consequentemente contribuíram para manter a meta prevista para este indicador neste período avaliatório.

Por outro lado, destaca-se a unidade de **Contagem** que apresentou uma redução neste indicador nos dois últimos meses do trimestre. Diante do retorno ao formato presencial, a equipe teve elevada procura de egressos que acessaram o programa pela primeira vez, sendo encaminhados pelo judiciário. Especificamente nesse município há a “exigência de comparecimento” ao programa a partir da liberação para o Regime Aberto com a necessidade de que o egresso anexe ao seu andamento processual uma declaração informando esse comparecimento. Neste cenário, a equipe investiu no “acolhimento” desse público, por meio da participação em *Grupos de Apresentação* e/ou inscrições, o que acarretou pouca disponibilidade dos profissionais para a realização de acompanhamentos e outras frentes de trabalho. Tal situação limitou o retorno dos egressos para o atendimento e, consequentemente, impactou nos resultados desse indicador.

Importante esclarecer que esse caso de **Contagem** decorreu da abertura do judiciário (com o retorno das audiências admonitórias e entregas das Atas e Alvará de Soltura) e em um contexto de retorno ao formato presencial da equipe do PrEsp. Mediante a isso, foram necessárias intervenções da supervisão junto à equipe para rever fluxos de trabalho e assim obter maior disponibilidade para desenvolver outras frentes de atuação, principalmente as de atendimentos de retorno e acompanhamento.

Situação semelhante também foi evidenciada em Governador Valadares, onde o volume de novos egressos que chegaram ao PrEsp no final do mês de maio gerou alto número de inscrição e pouco tempo hábil de marcação de retorno do público já inscrito para continuidade no acompanhamento naquele mês.

Cabe destacar que equipes como **Ipatinga** (78 %) e **Uberaba** (83 %) avançaram com a elevação do indicador de adesão neste trimestre, considerando o investimento em trabalhar junto as equipes sobre a importância do retorno dos atendimentos para o acompanhamento desenvolvido com o público do programa.

A equipe de **Ipatinga** apresentou uma progressão no indicador nos primeiros meses do trimestre. Entretanto, no mês de junho, houve uma queda significativa marcada pela observação de que a equipe ainda precisa investir mais em estimular o retorno do público para que se equilibre todos os indicadores.

Adicionalmente, ressalta-se **Uberaba**, município onde não há a “coleta de assinaturas” na Unidade de Prevenção. Apesar de apresentar um quantitativo reduzido de atendimentos, a equipe conseguiu avançar no aspecto da adesão a partir do investimento em acompanhamento do público que acessa o programa. É notável que esta equipe apresenta vinculação positiva com os egressos que retornam ao Programa, caracterizando como desafio então a chegada de novos egressos.

Cabe destacar também o desdobramento da ação iniciada em teletrabalho, com o investimento das equipes em retomar o acompanhamento de casos sem atualização há mais de um ano na Planilha de Egressos. Essa ação apresentou resultados significativos para este indicador com o retorno dos atendimentos de egressos em acompanhamento no Programa, como observado na unidade de **Juiz de Fora**.

Por fim, outro destaque relevante para este período avaliatório foi a intervenção da Supervisão Metodológica no sentido de aprimorar o acompanhamento ao público realizado pelas equipes a partir da sistematização e elaboração do Plano de Acompanhamento do Egresso - PAE. A qualificação da “frente” de Acompanhamento no Programa é primordial, pois se configura como um dos elementos essenciais para a manutenção do indicador de adesão, ao potencializar a continuidade dos atendimentos de retornos, considerando as vulnerabilidades e demandas apresentadas pelos egressos acompanhados pelo Programa.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
564	753
Descrição do Indicador	
<p>O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de egressos do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de egressos nos diversos serviços e projetos sociais existentes.</p> <p>Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Encontros com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para construção de fluxos de encaminhamento de egressos; 2) Reuniões com entidades da rede de proteção social para discussão de casos; 3) Número de participação das equipes do PRESP em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede em cada município; 4) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa; 5) Encontros com entidades públicas e privadas para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade de egressos. 6) Visitas às unidades prisionais. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/03 a 31/06/2021) foram realizadas acumuladamente 753 atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 564, objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 15 - Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional					
UPC	6º AO 9º PA	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
ARAGUARI	6	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	197	21	17	21	119
BETIM	94	10	9	10	50
CONTAGEM	184	13	9	9	68
GOVERNADOR VALADARES	107	3	5	4	37
IPATINGA	219	11	12	10	68
JUIZ DE FORA	231	13	15	15	103
MONTES CLAROS	112	5	9	14	58
RIBEIRÃO DAS NEVES	143	12	10	10	61
SANTA LUZIA	98	8	8	8	44
UBERABA	270	6	5	7	67
UBERLÂNDIA	330	8	7	8	78
TOTAL	1991	110	106	116	753

A Mobilização de Rede se apresentou elevada nesse período avaliatório, superando a meta estabelecida para esse indicador em 133%.

Neste trimestre, de uma forma geral, nota-se uma maior assimilação das equipes no se refere ao entendimento e quantificação das articulações de rede desenvolvidas pelo Presp. Além disso, observou-se que as redes de serviços locais estavam mais predispostas para realização de atendimentos aos egressos encaminhados e de articulações

de rede em formato presencial, corroborando com o movimento de flexibilização dos municípios diante das restrições impostas pela pandemia.

No caso de **Betim**, em maio, os serviços que compõem a assistência social do município normalizaram os atendimentos a partir da contratação de novos profissionais, visto que estavam com funcionamento reduzido durante os primeiros meses do ano devido a limitação de pessoal. Assim, o Presp voltou a realizar os encaminhamentos de egressos para estes serviços com o objetivo de acessarem benefícios e serem devidamente acompanhados.

Em **Belo Horizonte** destacou-se o maior investimento da equipe no que toca ao planejamento das ações de mobilização de rede, necessidade essa decorrente dos entraves observados no encaminhamento do público. Deste modo, os profissionais começaram a desenvolver ações mais atreladas a sensibilização da rede do município para circulação e adesão do público egresso aos serviços.

Dialogando com a prática de Belo Horizonte, este período avaliatório em **Uberaba** foi marcado por uma atuação mais estratégica da equipe com foco na “ampliação das portas de entrada” do Presp, isto é, na diversificação da rede e das formas de atrair o egresso para o Programa. Tal iniciativa favoreceu o encaminhamento de egressos a vários serviços da rede do município.

Neste contexto, as articulações com as unidades prisionais ainda constituem um ponto importante do trabalho desenvolvido pelas equipes no que se refere às Mobilizações de Rede. Nota-se não somente o estabelecimento de fluxos para os encaminhamentos de pessoas que saíram das unidades para o Programa, mas também alinhamentos de outras ações conjuntas, tais como atividades coletivas com pré-egressos, disponibilidade de materiais de divulgação, dentre outros.

Ainda no que se refere a articulação supracitada, em parceria com iniciativa privada, a gestão de **Uberaba** confeccionou Banners para a divulgação do Programa em locais estratégicos dentro das Unidades Prisionais do município. Esta ação objetivou que as pessoas que ainda se encontram nesses estabelecimentos ou mesmo aquelas que recebem o alvará de soltura tenham acesso a esse material e procurar o PrEsp para atendimento. Notou-se, entretanto, que os serviços que compõem o sistema judiciário, especificamente as Varas de Execução Penal e a Defensorias Públicas da Execução, continuam restringindo o acesso do público, o que requereu alinhamento de fluxo constante com esses atores no sentido de viabilizar esta ação.

Em **Ipatinga**, percebeu-se o aumento da demanda do público pelo acesso à Defensoria Pública da Execução por conta de atividades como inclusão de informações sobre mudança de endereço e/ou comprovação de atividade de trabalho lícito, às quais não estão disponíveis para serem feitas de forma presencial no “balcão” da Vara de Execuções. Em função da Defensoria Pública estar atendendo de forma remota e da alta demanda foi necessário realinhar fluxos juntos aos serviços envolvidos, tendo como objetivo favorecer o acesso das pessoas egressas demandantes.

Nos relatórios gerenciais anteriores apresentou-se o cenário de aumento das desigualdades e consequente aprofundamento das vulnerabilidades observadas no acompanhamento das pessoas egressas do sistema prisional e de seus familiares diante do contexto pandêmico vigente. Mediante a isso, as equipes investiram em ações junto a rede para viabilizar o acesso a benefícios que garantam a subsistência do público acompanhado.

Nesse contexto, as equipes e os gestores sociais de **Ribeirão das Neves e Contagem**, em parceria com o Projeto Unindo Forças, conseguiram 168 cestas para o primeiro município e 100 cestas para o segundo. Tal ação permitiu que as equipes ofertassem esse benefício nos atendimentos ao público das suas respectivas unidades.

Ainda no que se refere à acesso a benefícios, vale destacar que a **demandas por passe rodoviário destinado às pessoas egressas do sistema prisional** liberadas em cidades diferentes daquelas que residem é ainda um grande desafio. Em virtude da suspensão desse benefício disponibilizado pelas unidades prisionais é notável as dificuldades enfrentadas por essas pessoas para chegarem ao seu destino. Tal situação aconteceu de forma mais marcante nos municípios de Uberlândia e Governador Valadares onde, ante as possibilidades de articulação ofertadas nos municípios, obteve-se dois direcionamentos antagônicos. Em **Uberlândia**, ainda que de maneira insuficiente, a rede do município conseguiu absorver essa demanda direcionando o público com a concessão de passagem para equipamentos públicos de cidades vizinhas até que o egresso chegasse ao seu destino final. Em contrapartida, em **Governador Valadares**, esta demanda não foi assimilada pela rede do município, impactando no diálogo entre o Programa e a rede de proteção social do município e exigindo maior atenção nas articulações que se referem a esta demanda.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 6.1. Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
600	411
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Selo Prevenção, executado por meio da celebração de Termos de Cooperação Técnica com os municípios, atua na perspectiva da Segurança Cidadã, concebendo como essencial a interlocução com a rede parceira para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos municípios. Conforme metodologia do Programa, a rede parceira é composta por organizações, de caráter formal ou informal, que atuem nas áreas de segurança pública, justiça, proteção social e garantia de direitos humanos. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas ações de articulação de rede:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Número de participantes nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidas pelo Programa; 2) Número de participações da equipe municipal em reuniões, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes para discussão de casos, construção de fluxos, alinhamentos institucionais e estratégias articuladas de intervenção em fenômenos de violência e criminalidade com a rede; 3) Número de encaminhamentos para a rede parceira de casos de violência que se apresentem ao Programa, visando a prevenção e/ou o enfrentamento da violência; 4) Número de reuniões da equipe municipal com as organizações para apresentação do Programa, instituição de novas parcerias, aplicação de diagnóstico e construção de ações do Plano Municipal; 5) Número de participantes das organizações nas capacitações promovidas pelo Programa; 	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2021) realizou-se um total de 411 ações de articulação de rede pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta para o trimestre era de 600 ações, o programa atingiu 68,5% do esperado.

Até o primeiro trimestre de 2021, o Programa Selo era desenvolvido nas cidades mineiras de Alfenas e Tocantins, tendo a última encerrado suas atividades no mês de março. Desta forma, como o indicador considera cumulativamente os atendimentos realizados, Tocantins contribuiu com 65 ações até seu encerramento, 15,8% do total geral de ações até o momento. Já em Alfenas foram feitas 346 ações, o que corresponde a 84,2% do total geral resultado do indicador.

O indicador foi impactado também pelo desempenho em abril quando foram realizadas somente 30 ações de rede, pois o município estava na Onda Roxa do Programa Minas Consciente. Neste contexto, inúmeros equipamentos públicos fecharam ou restringiram seus expedientes para que a circulação de pessoas diminuísse na cidade e, conseqüentemente, o índice de disseminação do COVID-19 regredisse. Assim, muitas ações do Selo foram impactadas, tendo que ser realizadas remotamente.

Ao longo dos meses de maio e junho o número de ações de rede aumentou, ficando ao entorno da média de 57 ações por mês, considerando o ano de 2021. No entanto, não foi possível a superação da média geral acumulada de 600 ações a serem executadas até o 2º trimestre.

Municípios	Meses						Total
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	
Alfenas	34	79	81	30	62	60	
Tocantins	26	25	4	-	-	-	
Total	60	114	85	30	62	60	411

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 7.1. Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-

Descrição do Indicador

Acompanhamento *in loco* da Supervisão permite que tanto o Supervisor Geral, quanto os Supervisores Metodológicos, possam exercer suas atribuições, de acordo com cada cargo, nos municípios do interior do Estado, de forma que verifiquem e acompanhem o desenvolvimento das equipes técnicas da Política de Prevenção Social à Criminalidade. Desta forma, este indicador visa aferir o percentual de visitas de acompanhamento realizadas pela Supervisão Geral e Supervisão Metodológica no interior de acordo com os cronogramas.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios das visitas realizadas pelos Supervisores.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/03 a 31/06/2021) em função da pandemia de Coronavírus não foi realizada viagens para visitas de supervisão metodológica nem de supervisão da gestão. Isso não significa dizer que as atividades inerentes ao processo de acompanhamento das equipes técnicas e dos gestores sociais não ocorreram. Pelo contrário, o contexto exige desses atores cada vez mais proximidade e acompanhamento por parte das equipes já que exige criatividade e modificações das equipes no que se refere às propostas de atendimentos.

Como exposto nas análises dos indicadores anteriores sobre os programas, neste trimestre, o contato presencial, em grande medida, foi substituído e intensificado pelo formato remoto. O uso de aplicativos e ferramentas como WhatsApp e videochamada possibilitou a realização de centenas de reuniões, acompanhamento e até mesmo de cursos e capacitações com as equipes de todo Estado – conforme apontado no indicador 7.3 Participação em Capacitações.

Em virtude da impossibilidade realização do acompanhamento *in loco* da supervisão no interior e do cenário supracitado, **solicita-se a desconsideração deste indicador da avaliação geral dos resultados desse período.**

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 7.2. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
15	12,4

Descrição do Indicador

Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo.

Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e fim a assinatura do contrato de trabalho do substituto. Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais das Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da Sede da OS para execução do Contrato de Gestão. Para efeito do cálculo do indicador, cada desistência de candidatos convocados incidirá em uma subtração de 03 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação, visto que cada desistência no comum das vezes gera uma nova convocação e um novo prazo de resposta. Não havendo candidatos excedentes incidirá em uma subtração de 30 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação para fins de realização de novo processo seletivo. Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e

incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas.

Fonte de comprovação do indicador

Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Neste período avaliatório foi necessário a realização de um conjunto de processos seletivos para substituição de pessoal tanto em termos de licenças médicas quanto por saídas de profissionais. Ao todo foram realizadas **20 substituições que levaram em média 12,4 dias para serem realizadas.**

TABELA 16 – RECOMPOSIÇÃO DE PESSOAL					
Data da RP	UPC	Funcionário desligado/remanejado	Funcionário Contratado	Data de Substituição (Início novo funcionário)	Dias para reposição
29/03/2021	Uberlândia – Centro	Abertura de vaga	Amanda Soares Umbelino	07/04/2021	9
25/03/2021	Ipatinga Centro	Onair Zorzal Correia Junior	Ana Paula Rodrigues Pereira	05/04/2021	11
23/03/2021	Jardim Leblon	Roxanne Mussolini Pimentel	Douglas Alves da Rocha	05/04/2021	13
23/03/2021	Se Liga – BH	Filipe Schneider Reis	Jamine Patricia Guedes Miranda	07/04/2021	15
20/04/2021	Ibirité	Thais Brito do Nascimento	Luísa Zucheratto Castro	03/05/2021	13
15/04/2021	Montes Claros	Amanda David do Couto	Juliana Soares de Jesus	03/05/2021	18
23/04/2021	Se Liga – BH	Tais de Fatima Xavier	João Teixeira de Araújo	03/05/2021	10
28/04/2021	Se Liga – BH	Barbara Roberta da Silva	Rachel Pereira Senna	12/05/2021	14
05/05/2021	Montes Claros Centro	Juliana Soares de Jesus	Jonathan Araújo Martins	17/05/2021	12
05/05/2021	Juiz de Fora/Olavo Costa	Flavia Miranda Portela	Natali Rodrigues Antônio	17/05/2021	12
05/05/2021	Betim Citrolândia	Wiara de Oliveira Braga	Laudicelha Nunes Ramalho Rocha PCD	17/05/2021	12
29/04/2021	Sede – Financeiro	Rafael Miranda Campos de Magalhães	Rozilene Amélia Batista	20/05/2021	21
10/05/2021	Santa Lucia	Marcela Magalhaes Sathler Maximo	Caroline Keila Queiroz Silva	20/05/2021	10
10/05/2021	Uberlândia – Canaã	Abertura de vaga	Laura Bianca Rodrigues Gomes	21/05/2021	11
10/05/2021	Uberlândia – Canaã	Abertura de vaga	Publio Dezopa Parreira	21/05/2021	11
10/05/2021	Uberlândia – Morumbi	Lorrayne Santos Silva	Rafael Camilo Gonçalves	21/05/2021	11
10/05/2021	Uberlândia - Canaã	Abertura de vaga	Josianne Lorrayne de Souza	26/05/2021	16
07/05/2021	Uberlândia - Canaã	Abertura de vaga	Lorrayne Santos Silva	20/05/2021	13
07/06/2021	Belo Horizonte - Centro	Kioma Filipe Lage de Souza	Olivia Rogerio Brandão de Souza	14/06/2021	7
07/06/2021	Vespasiano Morro Alto	Sabrina Celeste Silva	Amanda Beatriz de Sousa Soares	16/06/2021	9

Foram realizados ao longo do período 28 processos seletivos para ajustes e reposição de equipe. Sendo eles:

Número	DATA	PROCESSO SELETIVO
1	abr/21	222 - 2021 Gestor Social BH Temporário - Estadual (online)
2	abr/21	241/2021 Analista Social para o Programa FICA VIVO! em Governador Valadares - Vaga Temporária/Licença Maternidade - Estadual (online)
3	abr/21	242/2021 Analista Social para o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PRESP Betim-Mg Vaga - Temporária/Licença Maternidade - Estadual (online)
4	abr/21	255-2021 Analista Social CEAPA - Betim temporário (licença maternidade) - Estadual (online)
5	mai/21	256-2021 Técnico Administrativo Uberaba - Temporário - Estadual (online)
6	mai/21	257- 2021 Processo seletivo -Analista Social PCD Programa Mediação de Conflitos BH e RMBH - Estadual (online)
7	mai/21	261/2021 – Supervisor Metodológico: Programa Centros Integrados de Alternativas Penais – CEAPA Belo Horizonte E Região Metropolitana De Belo Horizonte - Federal (online)
8	mai/21	262/2021 Supervisor Metodológico: Programa de Inclusão Social de Egressos Do Sistema Prisional – PRESP Belo Horizonte E Região Metropolitana - Federal (online)
9	mai/21	263-2021 Analista Social PRESP BH - Federal (online)
10	mai/21	264-2021 Analista Social PRESP Contagem, Ribeirão das Neves e Betim - Federal (online)
11	mai/21	265-2021 Analista Social CEAPA BH - Federal (online)
12	mai/21	266-2021 Analista Social CEAPA Santa Luzia, Betim, Contagem e Ribeirão das Neves - Federal (online)
13	mai/21	267-2021 Analista Social PRESP Ipatinga - Federal (online)
14	mai/21	268-2021 Analista Social CEAPA Ibirité - Federal (online)
15	mai/21	269-2021 Analista Social CEAPA Ipatinga - Federal (online)
16	mai/21	270-2021 Analista Social CEAPA Juiz De Fora - Federal (online)
17	mai/21	271-2021 Analista Social CEAPA Montes Claros - Federal (online)
18	mai/21	272-2021 Analista Social CEAPA Sete Lagoas - Federal (online)
19	mai/21	273-2021 Analista Social CEAPA Uberaba - Federal (online)
20	mai/21	274-2021 Técnico administrativo Divinópolis - Estadual (online)
21	jun/21	275-2021 Supervisor Geral (online)
22	jun/21	276-2021 Gestor Social Base Municipal BH e RMBH - Estadual (online)
23	jun/21	277-2021 Gestor Social Base Local BH e RMBH - Estadual (online)
24	jun/21	278-2021 Analista CEAPA Governador Valadares - Federal (online)
25	jun/21	279-2021 Técnico Administrativo-Juiz de Fora -Estadual (online)
26	jun/21	280-2021 Analista CEAPA Sete Lagoas -Estadual (online)
27	jun/21	281-2021 Analista Financeiro - Sede Administrativa - Estadual (online)
28	jun/21	286-2021 - Analista Social CEAPA Ribeirão das Neves - Estadual (online)

Importante informar que todos os editais estão disponíveis no site do Instituto Elo.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 7.3. Participação em Capacitações

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1004	946

Descrição do Indicador

Este indicador visa aferir a participação dos profissionais contratados pela entidade parceira nas capacitações que ocorrerem no período avaliatório para atuarem na Política de Prevenção à Criminalidade. Elas objetivam:

- 1) Contribuir para o aprimoramento das competências das equipes;
- 2) Garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade;
- 3) Promover a integração e o nivelamento das equipes visando o aprimoramento contínuo da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

A OS será responsável por viabilizar a realização das capacitações e a participação das equipes, providenciando, quando necessário, locação de espaço físico que comporte os profissionais durante todo o evento; honorários e custos com palestrantes, se houver; hospedagem, transporte e diárias para os profissionais que não residem na região onde ocorrerão as capacitações. As capacitações poderão ser realizadas no formato de videoconferência.

Para fins de cálculo desse indicador, serão contabilizadas, cumulativamente, as participações dos profissionais contratados nas capacitações que ocorrerem nos períodos avaliatórios.

A OS cuidará integralmente do registro e aferição das participações nas capacitações.

Fonte de comprovação do indicador

Listas de presenças, atas, ementas.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/03 a 31/06/2021) o número acumulado de capacitações de profissionais da política de prevenção social correspondeu a 946. Considerando que a meta estabelecida foi de 1004, o indicador não foi alcançado.

No que se refere especificamente aos os meses que compõem o 10º período avaliatório (abril, maio e junho), nota-se que houve um total de **32 capacitações** de equipes nos 4 programas de prevenção à criminalidade e a gestão das unidades. Em virtude das restrições sanitárias impostas pelo contexto pandêmico da Covid-19, as capacitações ocorrem em formato de videoconferência e contaram com a participação total de **615** profissionais, dentre analistas sociais, supervisores metodológicos, gestores sociais, diretores de programas e profissionais da Organização Social Instituto Elo. Nesses termos, mesmo em um cenário de restrições de execução de atividades dos programas, o indicador 7.3 atingiu um percentual **de 94%% da meta**.

Cabe destacar que o valor atribuído para esse indicador no RGR do 9º PA estava inadequado, sendo necessário ajustar o número **325 para 331 capacitações**. Por ser um indicador acumulativo, o número 331 foi o considerado na apuração do 10º PA, pois acredita-se que não causaria danos no resultado final – fato a ser discutido na Comissão. Ressalta-se, ainda, que esse indicador é novo e ainda carece de melhores ajustes conceituais e alinhamentos internos para atingir sua integralidade nos próximos períodos avaliatórios.

A seguir, apresenta-se tabela com a síntese das capacitações.

Programas/Gestão	9º PA		10º PA		Total de Participantes Acumulado
	Nº de encontros	Nº de participantes	Nº de encontros	Nº de participantes	
Ceapa	1	52	9	101	153
FV	1	43	3	137	180
PMC	2	112	7	158	270
Presp	7	122	8	130	252
Supervisão da Gestão	2	2	5	89	91
Total	13	331	32	615	946

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador nº 8.1. Número de relatórios Analíticos das UPCs de base local

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
26	26
Descrição do Indicador	
<p>O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência das UPC's. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC's. O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPCs. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de gerar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela gestão social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam aos Gestores Sociais acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPCs.</p> <p>Os Relatórios Analíticos das Unidades de Prevenção à Criminalidade – UPC's de Base Local consistem em documentos de registros e análises das dinâmicas sociais das violências e da criminalidade e contém os principais registros de fatos e fenômenos percebidos nos territórios atendidos pelos programas. Seu objetivo é sistematizar um conjunto de informações que permitam aos Gestores Sociais e equipes dos programas construir, intervir, acompanhar e avaliar de forma estratégica ações e encaminhamentos que permitam intervenções nesse contexto.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No trimestre de análise foram entregues **26 (100%)** relatórios referentes às das Unidades de Prevenção de Base Local. As informações mensuradas remetem as entregas realizadas no 10º dia útil do mês de **Mai/2021** contempladas em um relatório bimestral por UPC, que corresponde aos meses de Março e Abril.

Alguns aspectos registrados na leitura/análise dos fatos e fenômenos ocorridos nos territórios que interferem na incidência de criminalidade merecem destaque.

Foram objetos de leitura e análises nos relatórios elaborados no período de março a abril de 2021 pelo menos **36 homicídios consumados e 15 homicídios tentados**. Estes números comportam também homicídios consumados que ocorreram fora das áreas de abrangência das UPC's, mas quem mantém relação com os territórios atendidos pelos programas. No conjunto de circunstâncias relacionadas aos homicídios tentados e consumados,

evidenciamos um aumento expressivo de relatos envolvendo situações ligadas aos conflitos entre grupos e/ou pessoas com envolvimento com a dinâmica do tráfico ilícito de drogas (cobrança de dívidas, disputas por áreas de comércio de drogas, rivalidades e vinganças). Houve também algumas sinalizações de homicídios relacionados às relações afetivas (passionais) e intrafamiliares enquanto ponto de resalto no período.

Algo que merece destaque é à manutenção do significativo número de operações policiais realizadas nos territórios. Foram sinalizadas pelos menos **24 situações de operações policiais**, dentre abordagens, blitz, apreensões de armas, drogas, munições, prisões (muitas delas vinculadas as pessoas com envolvimento no tráfico ilícito de drogas ou de pessoas consideradas “alvos” pelas polícias) e apreensões de menores.

Percebe-se que, apesar do aumento significativo de operações policiais nos meses de análise, que poderiam propiciar uma redução das violências praticadas principalmente pelo tráfico de drogas, ocorreu um aumento considerável dessas práticas na comparação com o período avaliatório anterior. Foram identificados pelo menos **24 relatos de violências praticadas pelo tráfico de drogas** com punições físicas e severas como espancamentos, torturas, ameaças, expulsão de moradores, toques de recolher e restrição de circulação de pessoas em algumas localidades. Ainda nesse mesmo tema, nota-se que a tortura vem se consolidando como uma prática constante de grupos envolvidos com o tráfico ilícito de drogas, que muitas vezes é exercida como forma de estabelecimento de poder e em outras para servir como definição “exemplo” de regras de conduta definidas por eles. Algo também que evidenciamos são as sinalizações sobre violências praticadas por usuários de drogas, o que pode corroborar com a leitura de que o acirramento das dificuldades financeiras no período ainda de pandemia, de alguma forma, contribuiu para algumas situações de conflito envolvendo essas pessoas nos territórios.

Os relatórios apresentam muitas descrições qualificadas referentes às dinâmicas das violências e criminalidade. Tais leituras vincularam diversas violências, geralmente utilizadas enquanto mecanismo regulador e punitivo, praticadas por pessoas com envolvimento com o tráfico ilícito de drogas. A atuação do tráfico ilícito de drogas nos territórios se apresenta, em vários momentos, como parte importante evidenciada em diversos contextos de violência. Foram apresentados **15 relatos de conflitos entre grupos armados** na disputa pelo comércio ilícito de drogas nos territórios. A maioria desses conflitos está associada a episódios com disparos de arma de fogo, circulação de pessoas armadas, ocorrências de homicídios tentados e consumados e consequentemente aumento da sensação de insegurança dos moradores dessas localidades. Percebemos que algumas regiões tiveram intensificação dos conflitos armados entre os grupos com sensíveis alterações na dinâmica criminal e tensão entre territórios no período em análise. Chama atenção que dentro desses casos existiram possibilidades de desdobramentos em situações de homicídios e foram majoritariamente discutidas e de alguma forma acompanhadas pelo GEPAR. Essa situação se consolidou em diversos territórios, alguns casos retratando conflitos históricos entre os grupos, retomando fases cíclicas no qual uma morte se desdobra em vingança e assim prossegue.

Outro ponto de destaque refere-se à atuação policial a partir de relatos de moradores, lideranças/referências comunitárias e rede de serviços. Foram apontados **11 relatos de violência policial** (aqui não computados os episódios que envolveram homicídios tentados ou consumados em confrontos entre a polícia e suspeitos de crimes). Foram apresentadas situações envolvendo ameaças, abusos e abordagens truculentas. Importante sinalizar que essas situações são apresentadas por pessoas envolvidas ou não com a dinâmica criminal. Esse tipo de atuação contribui para manifestação, em alguns momentos, de uma relação conflituosa e acirrada entre comunidades e polícia.

Outros pontos apresentados trouxeram elementos diretamente ligados à sensação de segurança dos moradores como **circulação de pessoas armadas, disparos de arma de fogo e retorno de egressos do Sistema Prisional** para os territórios que contribuíram para sensíveis alterações na dinâmica dos conflitos entre os grupos, dada influência/referência e interferência que elas ainda possuem no contexto da criminalidade nas comunidades. Alguns desses retornos implicaram movimentos de retomada de poder no tráfico ilícito de drogas, homicídios tentados e consumados.

Merece também destaque a intensificação dos episódios de **furtos e roubos** nos territórios. Tivemos pelo menos **16 relatos de episódios** envolvendo essas práticas criminosas direcionadas a comércios, equipamentos públicos e motoristas de aplicativos nos territórios.

Foram também registrados **7 relatos de ameaças** e percebemos intervenções diretas dos programas na construção de estratégias de acolhimento, orientação, encaminhamentos para a rede de proteção na tentativa de garantir a manutenção da vida dessas vítimas, alguns episódios construindo a saída das pessoas dos territórios. Algumas dessas ameaças foram direcionadas a jovens ou suas famílias que em algum momento identificaram ou apontaram situações de crime envolvendo pessoas ligadas ao tráfico ilícito de drogas.

Destacam-se **6 relatos de violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher (física, psicológica, moral e sexual)**. Percebemos a manutenção de registros dessas situações de violência contra mulher mesmo no período de diminuição das restrições de isolamento social. Nessa aresta, os relatórios apontaram também situações de feminicídios praticados por atuais e ex-companheiros.

Cabe ponderar que **outros tipos de violências** também estão presentes nos relatórios, totalizando **13 relatos**. Foram registrados episódios de violência sexual contra crianças e adolescentes, conflitos de vizinhança, estupros, autoextermínio e violências contra pessoas em situação de rua. Cabe destacar que o aumento da vulnerabilidade social decorrente da pandemia impactou diretamente a dinâmica das comunidades, gerando o aumento de pessoas em situação de rua, insegurança alimentar e desafios para manutenção da subsistência básica dos moradores. No contexto ainda das restrições de isolamento social impostas pelo período de pandemia foram apontadas **situações de festas/bailes funk/aglomerações em bares e praças/comércio irregular/práticas de esportes coletivos**, grande parte dos episódios envolvendo o público jovem.

Enquanto desafio, apontamos ainda o movimento contínuo de manutenção e fortalecimento de vínculos dos programas e das UPC's com os públicos atendidos, moradores e redes de proteção social no contexto da pandemia. A relação direta e "presencial" dos programas com os públicos, lideranças/referências comunitárias, territórios, instituições/serviços da rede de proteção são fundamentais para a ampliação do nosso olhar, qualificação da leitura, análise e construção de estratégias mais assertivas no contexto da prevenção e segurança pública. Há que se pontuar, também, o esforço das equipes técnicas dos programas e gestores sociais na construção de leituras qualificadas dos territórios diante do cenário da pandemia, algo que é apontado nos relatórios e retratam múltiplas intervenções da Política de Prevenção à Criminalidade.

Por fim, reforça-se a necessidade de melhor conexão das leituras, análises e encaminhamentos depositados nos relatórios com vista à redefinição das estratégias e ações prioritárias dos programas e UPC's nos territórios.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 8.2. Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3	3
Descrição do Indicador	
A Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo! constitui uma ação estratégica estabelecida entre a entidade parceira e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Diante da sua dimensão e complexidade, tornam-se necessárias a descrição e análise pormenorizadas da sua operação ao longo da execução do Contrato de Gestão. O Relatório de Gestão de Oficinas constitui um instrumento de sistematização e análise das informações operacionais deste processo, a partir dos dados dos relatórios enviados pelas equipes técnicas. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório. Os relatórios deverão sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise.	
Fonte de comprovação do indicador	
E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 10º período avaliatório o processo de retomada de oficinas foi comprometido significativamente em virtude da regressão da maioria dos municípios para ondas mais restritivas quanto a circulação de pessoas dentro do programa Minas Consciente do Estado que monitora a pandemia de COVID-19, sobretudo quanto à circulação de pessoas e realização de atividades econômicas no estado. **Destaca-se que apenas Montes Claros e Uberlândia tiveram oficinas autorizadas para funcionamento durante o trimestre.** Abaixo estão algumas informações sobre a execução das oficinas.

Tabela 17 - DADOS GERENCIAIS - PROGRAMA FICA VIVO! ABRIL A JUNHO DE 2021			
INDICADORES	ABRIL	MAIO	JUNHO
Número de Projetos de Oficinas Ativos	0	4	4
Número de Jovens atendidos	0	42	40
Número de Atendimentos	74	183	189
Média de jovens por oficina	0	10,5	10,0
Número de oficinas retomadas	0	4	4

Dentre as diretrizes especificadas no plano de retomada das oficinas, destacam-se as seguintes informações:

- de maneira semelhante ao processo adotado para a retomada das atividades presenciais nas UPCs, a retomada das oficinas do Programa Fica Vivo! também se dará em fases, construídas a partir de parâmetros e critérios técnicos, observando sempre o cenário de cada município frente à prevenção à COVID-19;
- uma vez retomadas as atividades nas oficinas, o monitoramento por parte desta SUPEC será contínuo, para avaliação periódica da possibilidade de permanecer ou da necessidade de suspender novamente a execução;
- a partir dos critérios a seguir, as equipes técnicas irão avaliar as oficinas de seus territórios e construirão o Plano Local de Retomada das Oficinas (vide “Atribuições das equipes técnicas”);
- o referido Plano Local de Retomada das Oficinas deverá ser elaborado e validado com a supervisão metodológica de referência. Em nenhuma hipótese o Departamento de Monitoramento autorizará a implantação de oficinas sem a anuência da supervisão metodológica;
- cada equipe do Fica Vivo! deverá elencar, no máximo, 3 (três) oficinas (para cada uma das fases) que retomarão as atividades, devendo monitorá-las, presencialmente, nas 2 (duas) primeiras semanas de trabalho (independentemente da quantidade de encontros realizados por essa, distribuídos ao longo de cada semana);
- a equipe deverá se atentar para que o/a oficinairo/oficineira não pertença aos grupos de riscos para contágio da COVID-19;
- número de pessoas em cada oficina: ainda que na maioria dos Decretos Municipais o número de pessoas seja calculado em função do tamanho do espaço, de maneira que seja possível a observância do distanciamento mínimo exigido entre cada participante, para fins deste Plano de Retomada das Oficinas será adotado o número máximo de 12 adolescentes ou jovens por encontro de oficinas. Caso a oficina tenha demanda de número superior ao mencionado, cabe ao/à oficinairo/oficineira, juntamente à equipe técnica, organizar de forma que haja uma distribuição deste quantitativo durante os dias de encontros, sempre garantindo um máximo de 12 adolescentes ou jovens por encontro;
- local para execução das oficinas: o local a ser definido pelo/pela oficinairo/oficineira deverá possibilitar o controle de acesso do público, como forma de reduzir a possibilidade de aglomeração de pessoas;
- condições de higienização: serão distribuídos kits de higienização para as oficinas contendo álcool em gel 70%, máscaras e sabonete líquido. Importante destacar que, com relação as máscaras, essas serão de material reutilizável, ficando na responsabilidade de cada adolescente e jovem o cuidado com seu equipamento de proteção individual. Não é permitida a participação de pessoas sem máscara de proteção cobrindo boca e nariz nas oficinas.

Diante dessas orientações e do acompanhamento detalhado da supervisão metodológica e gestão social em âmbito local, foram retomadas as oficinas nos territórios com permissão para as atividades inerentes a elas. Foi necessário também em muitos casos fazer uma adaptação nas modalidades de oficinas para garantir a segurança dos oficinairos e jovens participantes das oficinas, bem como a diminuição da quantidade de jovens participantes em cada uma delas para evitar aglomerações. Dentro do contexto possível e da necessidade de retomada das atividades, avalia-se até o momento que se obteve sucesso nessa estratégia.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 8.3. Número de relatórios de gestão do Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3	3
Descrição do Indicador	
O Relatório de Gestão do Programa Se Liga consiste em um documento de registro e análise das ações qualitativas e quantitativas realizadas pelas equipes técnicas do Programa. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório que contemple as seguintes informações:	

- 1) Número de atendimentos individuais realizados nas Unidades Socioeducativas com pré-egressos do Sistema Socioeducativo;
- 2) Número de Oficinas Introdutórias realizadas e de participantes;
- 3) Número de Oficinas Temáticas Internas realizadas e de participantes;
- 4) Número de Oficinas Temáticas Externas realizadas e de participantes;
- 5) Número de atividades culturais realizadas e de participantes;
- 6) Número de ações com familiares e de participantes;
- 7) Número de atendimentos individuais à egressos do Sistema Socioeducativo;
- 8) Número de oficinas realizadas com egresso do Sistema Socioeducativo e de participantes;
- 9) Número de discussão de estudo de casos junto às Unidades Socioeducativas;
- 10) Número de encaminhamentos à rede de proteção dos adolescentes atendidos.
- 11) Número de jovens que estão realizando algum curso, considerando a modalidade (aprendiz, qualificação básica para o trabalho, profissionalizante), bem como a situação do curso (andamento, concluído, não concluído, reprovado);

Mais do que um registro numérico, os relatórios deverão contemplar o cruzamento de informações referentes aos esforços realizados pela equipe técnica e os resultados obtidos no tocante ao atendimento aos adolescentes público do Programa. Deve também sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução e gestão do Programa Se Liga no período de análise. Os relatórios deverão ser encaminhados pela OS para a SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Conforme dita o indicador 8.3, durante o 10º período avaliatório foram elaborados os três relatórios estipulados. Informações acerca dos atendimentos podem ser encontradas no indicador 3.1.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador nº 8.4. Número de relatórios de ações do Programa Selo Prevenção Minas

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3	3

Descrição do Indicador

O Programa Selo Prevenção Minas é uma iniciativa que visa a fomentar a realização de ações de prevenção à criminalidade pelas administrações públicas municipais, com apoio técnico e metodológico por parte da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade. O monitoramento do Programa nos municípios parceiros é fundamental para garantir sua efetividade e promover visão sistêmica da execução.

A partir dos relatórios mensais enviados pelos Articuladores de Prevenção à Criminalidade, a OS será responsável pela elaboração dos

Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas que deverão conter:

- 1) Número de reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;
- 2) Percentual de presença de membros nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;
- 3) Registros das principais discussões e encaminhamentos das reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;
- 4) Número e descrição de reuniões realizadas com a rede por município;
- 5) Número e descrição de parcerias firmadas para viabilização do Programa por município;
- 6) Número e descrição de ações de mobilização comunitária realizadas por município;
- 7) Análise do desenvolvimento das fases do Programa em cada município;
- 8) Descrição dos principais dificultadores e facilitadores da execução do Programa em cada município.

Assim, a OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório, conforme diretrizes específicas emanadas pela SEJUSP/SUPEC.

Fonte de comprovação do indicador

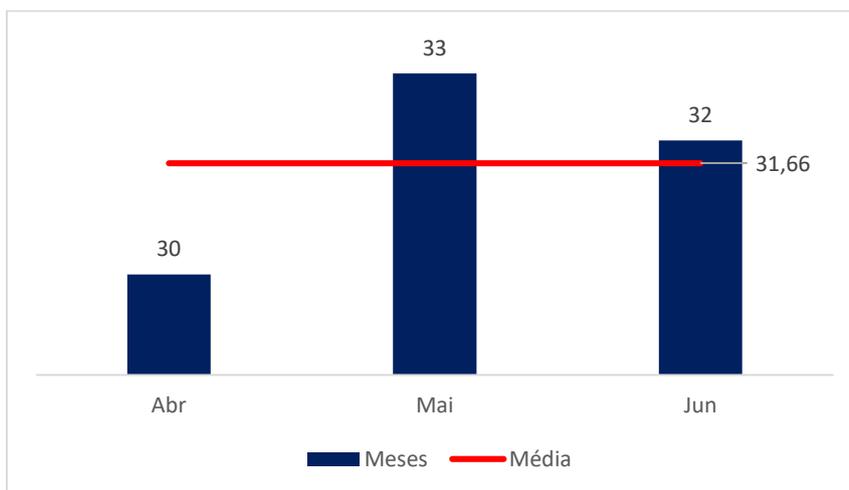
E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Durante o 10º período avaliatório foram elaborados 3 relatórios de ações do Programa Selo Prevenção Minas. Durante o período foi mantido um diálogo produtivo com a Direção do Programa no sentido de ajustar os relatórios elaborados às demandas do programa.

Abaixo uma breve descrição dos dados de ações do programa em Alfenas entre abril e junho de 2021.

Gráfico 2 – Número de ações do Programa Selo desenvolvidas no município – Alfenas – abril a junho de 2021



Entre abril e junho houve 95 ações realizadas pelo Programa Selo Prevenção em Alfenas, uma média mensal de 31,66 ações. As ações realizadas pelo Programa no município foram realizadas no decorrer do processo de implantação do Plano Municipal de Prevenção.

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 9.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-
Descrição do Indicador	
<p>Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela SEPLAG, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela SEPLAG, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratações e com o regulamento interno contendo normas para concessão de diárias e procedimentos de reembolso, e se coadunam com o objeto do Contrato de Gestão.</p> <p>O Regulamento próprio deve ser construído de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da SEPLAG, e aprovado tanto pela SEPLAG quanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP. O regulamento estabelece procedimentos que devem, obrigatoriamente, ser observados pela entidade em suas compras e contratações. O Regulamento interno contendo as normas de concessão de diárias e procedimentos de reembolso é um documento normatizador da entidade, que deve ser elaborado por esta e submetido à aprovação prévia e formal do OEP e da SEPLAG. Este regulamento estabelece os procedimentos que, obrigatoriamente, devem ser seguidos pela entidade para a concessão de diárias e realização de reembolso de despesas.</p> <p>Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a SEPLAG estruturou um modelo de</p>	

Relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados. Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios de Checagem Amostral e Elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 9.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-
Descrição do Indicador	
O objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018 que dispõem sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual, Decreto Estadual nº. 45.969/2002, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca deste indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação, visto que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

3 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

Área Temática		Produto		Peso (%)	Início	Término	Status
1	Projetos de Emendas Parlamentares	1.1	Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade	20	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
		1.2	Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	20	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
		1.3	Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo	20	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
		1.4	Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade	20	Janeiro/21	Dezembro/21	12º
2	Pesquisas e Diagnósticos	2.1	Pesquisa de Recorrência Criminal de pessoas em cumprimento de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA	10	Janeiro/21	Março/21	9º
		2.2	Pesquisa de reentrada de adolescente no Sistema Socioeducativo	10	Janeiro/21	Dezembro/21	12º

Área Temática 2 – Pesquisas e Diagnósticos	
Produto 2.1 – Pesquisa de Recorrência Criminal de pessoas em cumprimento de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	
Descrição do Produto	
<p>Este produto visa avaliar a contribuição do Programa CEAPA no sentido de prevenir a ocorrência de novos registros no Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) das pessoas em cumprimento de alternativas penais no Estado de Minas Gerais. Denomina-se recorrência criminal eventos cujo cumpridor tiver outro registro criminal no REDS em data posterior a sua inscrição na CEAPA. Tal pesquisa deverá utilizar as informações dos relatórios quantitativos alimentados pelas equipes técnicas da CEAPA. Fica vedada a contratação de serviços de terceiros em qualquer etapa desse produto. Caso a OS sugira alterar a forma ou acrescentar outras informações nesses relatórios, deverão ser aprovados pela SEJUSP/SUPEC. Será de responsabilidade da OS calcular a amostra válida e representativa e encaminhar para a SEJUSP/SUPEC as listas de pessoas em alternativas penais por município com as seguintes variáveis: nome completo, nome da mãe, data de nascimento e nº do CPF. A OS deverá se atentar às regras de sigilo de informações contidas em legislações e instrumentos normativos. Será de responsabilidade da OS realizar o tratamento de dados, correlacionando a recorrência criminal com as seguintes variáveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por município; 2) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por sexo; 3) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por faixa etária; 4) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por escolaridade; 5) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por tipo de ocupação profissional; 6) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por remuneração; 7) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por situação de cumprimento; 8) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por tipo de medida aplicada. 9) taxas de recorrência criminal das pessoas em Alternativas Penais por tipo de delito. <p>Para iniciar a execução do produto a OS deverá encaminhar a metodologia de pesquisa e o tratamento dos dados, bem como a amostra que será pesquisada.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
e-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Esse produto tinha previsão de entrega para o mês de março. Contudo, conforme conversas entre o Instituto Elo e a Supec, estabeleceu-se um acordo para dilação do prazo de entrega da pesquisa para o 11º Período Avaliatório tendo em vista o atraso no fornecimento dos dados por parte dos órgãos públicos responsáveis pela informação.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento apresentou os resultados do 10º período avaliatório (01/04/2021 a 30/06/2021), do Contrato e Gestão 002/2019. Ao todo, foram considerados 26 indicadores. Desse total, 12 indicadores tiveram suas metas alcançadas plenamente e outros 2 terão seus resultados mensurados após a entrega desse relatório. Dentre os casos em que a meta não foi alcançada, solicitou-se a desconsideração da avaliação geral dos resultados de 8 indicadores sob a justificativa que a execução das ações que os compõem foi bastante comprometida pelas necessárias medidas de biossegurança para controle da Covid-10 estabelecidas pelo Programa Minas Consciente do Estado.

Como observado nesse e nos relatórios gerenciais anteriores, o caótico pandêmico tem afetado sobremaneira a prestação de um serviço de excelência que marca o histórico da parceria Instituto Elo e Supec/Sejusp. Para além dos resultados, tais documentos dão visibilidade a uma série de iniciativas, aprendizados e capacidade de superação de centenas de colaboradores dispostos não somente a manter mas também aperfeiçoar a Política de Prevenção Social à Criminalidade, mesmo em um contexto extremamente inseguro e adverso.

Apesar das metas arrojadas para atual situação pandêmica, nota-se o cumprimento integral de grande parte dos indicadores e, mais que isso, um aprimoramento cumulativo de experiências, de soluções e dos resultados dos programas ao longo dos períodos avaliatórios. A exceção do Fica Vivo! e do Se Liga que ainda padecem bastante com as restrições sanitárias, os demais Programas conseguiram atingir todas as metas propostas e/ou chegar bem perto de alcançá-las.

O avanço da vacinação em massa no estado e a conseqüente (e aparentemente sustentável) regressão dos índices de contaminação trazem a esperança de que os próximos semestres oferecerão contextos mais positivos e que, enfim, a política possa ser executada em sua plenitude e entregar mais e o melhor possível para os milhares de pessoas atendidas pelos programas.

4 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **INSTITUTO ELO**
CNPJ: **07.514.913/0001-75**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:28:37 do dia 07/07/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/01/2022.

Código de controle da certidão: **71B3.4DC6.EBC4.3291**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.514.913/0001-75
Certidão n°: 18260535/2021
Expedição: 09/06/2021, às 11:17:13
Validade: 05/12/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **07.514.913/0001-75**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75

Razão Social: INSTITUTO ELO

Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG /
30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:12/04/2021 a 09/08/2021

Certificação Número: 2021041201562404621213

Informação obtida em 07/07/2021 09:25:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
07/07/2021CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
05/10/2021

NOME: INSTITUTO ELO

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

LOGRADOURO: RUA JUIZ DE FORA

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180060

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2021000476362198



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO
PLENA PESSOA JURIDICA**

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **ABIMKGOOQJ**

Documento/Certidão nº **15.680.074** Exercício: **2021**

Emissão em: **07/07/2021**

Requerimento em: **09:40:50**

Validade: **06/08/2021**

Nome: **INSTITUTO ELO**

CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

RESSALVAS

Existe(m) lançamento(s) a vencer

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 09 de julho de 2021.

Gleiber Gomes de Oliveira
Diretor Presidente
Instituto Elo